



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**CRISE DO CAPITAL, ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL NA
PERSPECTIVA DE MÉSZÁROS**

Vicente José Barreto Guimarães

João Pessoa – PB
Novembro/2014

VICENTE JOSÉ BARRETO GUIMARÃES

**CRISE DO CAPITAL, ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL NA
PERSPECTIVA DE MÉSZÁROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo

João Pessoa – PB
Novembro/2014

G963c Guimarães, Vicente José Barreto.

Crise do capital, estado e política educacional na
perspectiva de Mészáros / Vicente José Barreto
Guimarães.- João Pessoa, 2014.

100f.

Orientador: Wilson Honorato Aragão

Coorientadora: Maria Edna de Lima Bertoldo

VICENTE JOSÉ BARRETO GUIMARÃES

**CRISE DO CAPITAL, ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL NA
PERSPECTIVA DE MÉSZÁROS**

Aprovada em: 28 / 11 / 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Orientador)

Profa. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo
Universidade Federal da Alagoas – UFAL
(Co-Orientadora)

Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Selma, pelo amor e o apoio incondicional em todos os momentos de minha vida; sem ela não teria chegado até aqui;

Ao meu pai, que em sua particularidade me fez experimentar emoções só hoje compreendidas;

Às minhas irmãs Luciana e Leila, e a minhas sobrinhas Letícia, Gabriela e Laís pela, presenças em minha vida;

Ao meu amigo Ricardo Victor, pelo apoio fundamental neste caminhar;

Ao professor Wilson Honorato Aragão, por acreditar na autonomia deste trabalho e por promovê-la;

À professora Maria Edna de Lima Bertoldo, pela acolhida e pela paciência na efetivação desta dissertação.

À grande amiga Roseli Patriota, Vera Barroso e Luciana Tojal e demais amigos, pelo apoio;

A Deus, por tudo: pela minha vida, pela minha família e por meus grandes amigos.

“A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, da analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real.”

(Karl Marx)

“A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma; o poder material tem de ser derrubado pelo material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.”

(Karl Marx)

“As revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades. Corresponde à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã à mesma discrepância da sociedade civil como o Estado e da sociedade civil consigo mesma? Serão as necessidades teóricas imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento.”

(Karl Marx)

“Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação.”

(Mészáros)

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar os reflexos da crise estrutural do capital instituída a partir da década de 1970 sobre as políticas públicas e, em especial, as políticas educacionais, a partir da perspectiva de Mészáros. A metodologia utilizada consistiu na pesquisa bibliográfica das obras de Marx (2012), Mészáros (2002, 2007, 2008, 2009) e Lukács (2013). Constatou-se que o modo de produção capitalista apresenta alguns defeitos estruturais na relação entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação, sendo a criação do Estado necessária para o cumprimento de sua função corretiva, a partir da efetivação de políticas sociais, a fim de amortizar os conflitos sociais. Com base na perspectiva ontológica marxiana, concluiu-se que o capital, o Estado e as políticas educacionais constituem complexos sociais ontologicamente indissociáveis, sendo o trabalho (a economia) a categoria predominante ou o *momento predominante* (*übergreifendesmoment*) no processo de reprodução social. Assim, a relação entre a crise do capital, o Estado e a política educacional, a partir da análise de Mészáros, revela que a educação ocupa duas funções: a primeira, fornecer mão de obra qualificada para atender às necessidades do capital; a segunda, elaborar métodos de controle político. Nesse sentido, a crise estrutural do capital, com a finalidade de diminuir os gastos públicos como estratégia para conter a crise de sua rentabilidade no âmbito do Estado, promove uma educação que visa à formação de um homem adequado à reprodução sociometabólica do capital.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital. Estado moderno. Políticas Educacionais.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar las repercusiones de la crisis estructural del capital establecido a partir de la década de 1970 sobre las políticas públicas y, en particular las educativas, desde la perspectiva de Mészáros. La metodología utilizada es la literatura de las obras de Marx (2012), Mészáros (2002, 2007, 2008, 2009) y Lukács (2013). Se encontró que el modo capitalista de producción, a diferencia de los anteriores, presenta algunos defectos estructurales en la relación entre la producción y el control, la producción y el consumo, la producción y la circulación, y la creación del Estado necesaria para la duración de su función correctiva, desde la implementación de políticas sociales con el fin de amortizar los conflictos sociales. Con base en la perspectiva ontológica marxista, se concluye que las políticas educativas de capital y del estado son complejos sociales ontológicamente inseparables, y el trabajo (la economía) la categoría predominante o el tiempo (*übergreifendesmoment*) que prevalece en el proceso de reproducción social. Por lo tanto, la relación entre la crisis del capital, el Estado y la política educativa a partir del análisis de Mészáros primer plano revela que la educación ocupa dos funciones. La primera en proporcionar mano de obra calificada para satisfacer las necesidades del capital, la segunda función es el desarrollo de métodos de control político. En este sentido, la crisis estructural del capital, con el fin de reducir el gasto público como una estrategia para contener la crisis de rentabilidad y eficaz dentro del Estado, promueve una educación para la formación de un hombre adecuado a la cría de socio capitalista metabólico.

Palabras clave: Crisis estructural del capital. Estado moderno. Política Educativa.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	10
2 – O TRABALHO.....	19
2.1 DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO	19
2.2 TRABALHO COMO PÔR TELEOLÓGICO.....	27
2.3 O TRABALHO COMO PRÁXIS SOCIAL	36
2.4 A TELEOLOGIA SECUNDÁRIA E O ESTADO	42
2.5 A GÊNESE DO ESTADO A PARTIR DE ENGELS.....	47
3 – A CRISE DO CAPITAL E O ESTADO.....	56
3.1 DAS CRISES CÍCLICAS À CRISE ESTRUTURAL DE MARX A MÉSZÁROS.....	56
3.2 OS DEFEITOS ESTRUTURAIS DO CAPITAL: LIMITES ABSOLUTOS	67
3.3 A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	73
3.3.1 O SURGIMENTO DO ESTADO.....	73
3.3.1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O ESTADO EM MÉSZÁROS.....	78
3.4 AS REFORMAS DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	83
3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O ESTADO BRASILEIRO: UMA PRÁTICA REGULATÓRIA	86
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	99

1 – INTRODUÇÃO

Desde sua origem, o sistema capitalista é marcado por *crises cíclicas*, sendo esta uma característica ineliminável de sua natureza, conforme assinalou Marx (2012). Mészáros (2002) observa que, na atualidade, essas crises se caracterizam como uma crise estrutural, defendendo, dessa forma, que o capital não está sendo afetado apenas no campo financeiro/econômico, mas em todas as dimensões da vida humana. Ainda de acordo com o autor (op. cit.), trata-se de uma crise sem precedentes na história, que atinge todas as dimensões da sociedade, ameaçando inclusive a própria sobrevivência do homem e do planeta. Nesse cenário, a crise dos tempos atuais é, cada vez mais, caracterizada por uma barbárie de ordem planetária, atingindo todas as nações, sejam elas desenvolvidas ou periféricas.

No atual contexto marcado pela crise estrutural do capital, é relevante a discussão sobre a educação e as políticas educacionais instituídas no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Nesta década ocorreu a introdução do ideário neoliberal no Brasil, conjuntamente com a reforma do Estado brasileiro, a partir de um programa de ajuste fiscal para diminuir os gastos do Estado na efetivação de políticas públicas, entre elas as políticas educacionais.

Nesse cenário, as políticas públicas se alinham, cada vez mais, aos interesses neoliberais, e a educação, participa dela como uma estratégia para o desenvolvimento econômico, concebida como redutora da pobreza. Assim, assiste-se à retomada da teoria do capital humano que, conforme assinalou Frigotto (2000, p. 56, grifo do autor), consiste no “*rejuvenescimento da teoria do capital humano*”.

À medida que a educação é alçada ao posto estratégico de desenvolvimento econômico, o Estado promove ações que colaboram para a redução de investimentos na educação, além de implantar no sistema educacional brasileiro um modelo de gestão marcado pela flexibilidade, pela eficiência e pela eficácia. Essa é a lógica do capital adotada nas escolas públicas brasileiras, colaborando para uma prática educativa que tem como foco central a subordinação da classe trabalhadora às necessidades do mercado. A reforma do Estado está atrelada à crise estrutural do capital, representando uma das estratégias deste para resolvê-la.

Ao longo desta pesquisa, buscaremos refletir sobre a educação e as políticas educacionais como complexos necessários ao processo de reprodução social que, por um lado, podem servir à manutenção da ordem vigente e, por outro, podem se constituir num espaço de luta contra a ordem vigente, visando à sua superação.

O fio condutor da nossa análise é a categoria trabalho, concebida como aquela que funda o ser social, com a intenção de compreender os seus vínculos com a crise do capital, a reforma do Estado e a função da educação e das políticas educacionais. Mészáros (2008, p. 17, grifo do autor) auxilia na compreensão do vínculo entre educação e trabalho ao propor: “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”. Assim, faz-se necessário entender a forma adquirida pelo trabalho nesta sociedade para buscar a relação com os complexos do Estado, da política e da educação.

Lukács (2013, p. 47), analisando a dimensão ontológica do trabalho, esclareceu que “[...] através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social”. De acordo com esta concepção, o trabalho é entendido como a protoforma do ser social que permite compreender os outros pores teleológicos (Estado, política, educação, entre outros), uma vez que, em relação ao ser, o trabalho constitui sua forma originária.

A partir dos fundamentos expostos, a presente pesquisa teve como objetivo precípuo analisar a função social das políticas educacionais efetivadas pelo Estado capitalista no contexto da reforma do Estado, como resposta à crise do capital. Para alcançar o objetivo proposto, fez-se necessário analisar a categoria que funda o ser social, o trabalho. Este, como categoria central, vai promover pela via das necessidades outros complexos, entre eles o Estado, a política, o Direito e a educação. Nesse sentido, entender o trabalho, e sua natureza no modo de produção capitalista, é efetivamente entender a função que cumprem os complexos do Estado e das políticas educacionais. Sendo a natureza do capital marcada pela contradição e pela crise, que passa agora a ser de ordem estrutural, e sendo o trabalho a base material da sociedade, todos os outros complexos sociais – o Estado, a política, a arte, a ciência – serão afetados pela crise.

Para alcançar o objetivo proposto, intentou-se estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a dimensão ontológica do trabalho como categoria que funda o ser social;
- Compreender a crise estrutural do capital e seus reflexos sobre o Estado e as políticas públicas;

- Analisar a reforma do Estado brasileiro e suas implicações na implantação das políticas educacionais.

Esta pesquisa, de cunho teórico, teve como fundamento teórico-metodológico a ontologia do ser social, por se entender que a concepção da ontologia marxiana apresenta as categorias que possibilitam compreender o objeto em seu movimento real. A partir dessa concepção, o trabalho é a protoforma de outros pores teleológicos – Estado, política, educação, entre outros –, uma vez que, em relação ao ser, o trabalho constitui sua forma originária.

A partir desses fundamentos, analisa-se a função social das políticas educacionais implementadas no contexto da reforma do Estado, como resposta à crise estrutural do capital. Os procedimentos de investigação adotados nesta pesquisa pautaram-se pela concepção de Lukács (2013) sobre a importância da categoria trabalho na compreensão da totalidade do ser social, reafirmando a centralidade desta categoria. Sobre essa questão, o autor (op. cit.) afirma que:

(...) para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexos, isto é, que suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma. (LUKÁCS, 2013, p. 41).

Considerando a categoria trabalho como a categoria fundante do ser social, Marx (2012), em seu percurso metodológico, não partiu das ideias para explicar o mundo, como nas ciências positivistas, mas da vida concreta dos homens e de fatos empiricamente verificáveis, como: o que fazem os homens, em que condições o fazem, e as condições materiais de existência. É que, para a ontologia marxiana, o homem é um ser ativo que dá respostas e reage às alternativas que são colocadas pela objetividade com a finalidade de resolver suas necessidades.

A partir desse posicionamento, o pesquisador tem como tarefa central investigar o objeto com o intuito de entender-lhe o ser e, com isso, estabelecer as diversas conexões no interior do objeto estudado.

Sobre essa questão, Marx (2012), no prefácio da segunda edição de *O capital*, faz a seguinte assertiva:

a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 2012, p. 28).

Marx (2012) não se propôs a estudar o objeto a partir das ideias ou do mundo ideal; ao contrário, tomou como ponto de partida a objetividade e do que é refletido no plano da consciência. Quanto mais esse reflexo da objetividade se constitui na consciência, mais o homem se aproxima do objeto real.

Ainda sobre essa questão, Marx (2012) esclarece:

(...) meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2012, p. 28-29).

Sobre a busca pela verdade e por uma pesquisa imparcial, Marx (2012) faz a seguinte ponderação:

a burguesia conquistara [o] poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobro de finados da ciência econômica burguesa. Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdade ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contraria ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. (MARX, 2012, p. 23-4).

Outro elemento presente no percurso metodológico de Marx (2012) foi a categoria lutas de classes, a qual ficou evidente na citação acima, quando o autor (op. cit.) se referiu à substituição dos pesquisadores imparciais pelos “espadachins mercenários”.

Em uma sociedade de classes – como a sociedade do capital –, a classe que detém o poder econômico goza do poder da produção cultural, educacional e política; ou seja, detém

os meios de produção espiritual, promovendo, em última instância, a reprodução do capital. Nesse sentido, Marx (2011, p. 47) assevera que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.

Ao se fazer a articulação com o objeto de estudo da presente pesquisa, passa-se a entender o Estado como *lócus* da defesa da propriedade privada e do trabalho assalariado, constituindo seu aparato jurídico-político como instrumento econômico de dominação sobre a classe dos trabalhadores.

Entre os aparatos do Estado, destacam-se as políticas educacionais; estas cumprem o papel de promover a expansão do capital com o empresariamento da educação dentro da parceria público-privado, internalizando os valores da sociabilidade burguesa, de forma a formar sujeitos “bem educados” e com o perfil necessário às necessidades atuais do mercado.

Assim, sob o domínio do capital, a política educacional cumpre o papel de assegurar que cada trabalhador tome como seus os valores da classe dominante. Nessa forma particular de educação, os sujeitos bem formados deverão adotar uma conduta nos moldes definidos para ele e em decorrência da sua posição no contexto social.

Marx (2011, p. 48) comenta: “(...) toda nova classe que toma o lugar da outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, e apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas”.

Assim, Marx (op. cit.) chamou atenção sobre a problemática da busca pela verdade, uma vez que o investigador – sujeito e objeto da investigação – é influenciado pelas lutas de classes. Essa influência pode ter caráter tanto positivo como negativo.

Para Mészáros (2011),

(...) a questão em si é inseparável das determinações objetivas dos interesses de classe e da avaliação teoricamente válida – ou de fato falsa – da própria posição de classe, por parte dos pensadores considerados, em relação ao papel historicamente sustentável, ou, ao contrário, historicamente retrógrado, da classe social em si, cujo ponto de vista eles adotam sob as circunstâncias da luta de classes que se agrava. Por conseguinte, quando, em vez de buscar a questão da verdade com integridade científica – de acordo com os requisitos da pesquisa científica imparcial –, eles reduzem sua própria iniciativa teórica ao que “para o capital, era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo”, sob a pressão do antagonismo de classes que se agudizam e os correspondentes interesses próprios de sua classe, eles transformam-se em apoléticos e na “espadacharia mercenária”, abandonando com isso a

vocação outrora claramente visível e benéfica para o campo da ciência social no qual são ativos (MÉSZÁROS, 2011, p. 143).

Sobre o processo de investigação, Tonet (2013, p. 80) observa:

(...) volta[r]-se para o objeto, histórica e socialmente construído a partir da sua matriz fundante, que é o trabalho, para apreender a lógica desse processo de entificação; trazer para a cabeça a lógica desse objeto; capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social de construção desse objeto (TONET, 2013, p. 80).

Nesse sentido, a fim de compreender o Estado não se pode partir do próprio Estado para explicar sua existência, pois suas causas não estão postas em si. Para tanto, deve-se ir além da aparência do fenômeno. Neste caso específico, tratou-se de procurar as raízes do Estado na sociedade civil. Marx e Engels (2012), em *A ideologia alemã*, afirmaram que a sociedade civil

(...) abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular como Estado. A palavra sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade burguesa; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista. (MARX; ENGELS, 2012, p. 74).

Portanto, para Marx e Engels (2012), não é o Estado que cria a sociedade civil, mas a sociedade civil que cria o Estado. Assim, é possível estabelecer os nexos entre o Estado, a reprodução e a manutenção do capital, uma vez que o Estado, o capital e o trabalho estão nas bases do modo de produção vigente. Desse modo, o Estado é um complexo de natureza classista, que cumpre a função de regulação e dominação da burguesia sobre o proletariado.

A partir do exposto, pode-se afirmar que em relação ao complexo do Estado o fenômeno sempre apresenta duas dimensões que fazem parte do todo: a aparência e a essência. Ao se chegar à essência, explica-se a falsa aparência do objeto. Sobre esse processo, Tonet (2004) esclarece:

a análise do processo de entificação do ser social, a partir do ato fundante do trabalho, mostra que a substância, a essência, a condição de possibilidade de todos os fenômenos que constituem o ser social é a práxis humana que, em última análise, resulta sempre da relação entre subjetividade e objetividade.

Ora, se a práxis humana é a substância universal do ser social, esta mesma práxis, sob forma da relação capital-trabalho, é agora a substância do ser social na sua configuração capitalista. (TONET, 2004, p. 190).

Assim, o método dialético de Marx (2012) propõe dois momentos fundamentais e inseparáveis: a investigação e a exposição. O processo de investigação é o processo de reflexo da realidade no pensamento, ou seja, é um esforço prévio da consciência para apropriar-se do objeto e de suas determinações concretas. Em seguida, realiza-se a exposição do objeto com base em suas contradições, em seu movimento real, que é sempre uma exposição de caráter crítico-objetivo.

Para Netto (2011):

a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal do pensamento. O objeto tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando as sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 21-22).

Na metodologia marxiana fica evidenciado que o objeto tem prioridade sobre o sujeito. Não pode existir sujeito sem objeto, mas pode existir o objeto sem o sujeito. Nesse sentido, o sujeito é quem deve se apropriar do objeto. Essa apropriação do objeto em seu movimento real só é possível pelo processo de reflexo do objeto no plano do ideal, ou seja, na consciência do homem. Esse processo de reflexo do objeto dá-se mediante a observação e a experimentação.

Da relação entre objeto e sujeito decorre o conhecimento. Sobre essa questão, Tonet (2013, p. 13) anota que “o conhecimento se resume, em seus termos mais essenciais, à relação entre um sujeito e um objeto”. Especificamente na ontologia, o objeto tem prioridade sobre o sujeito.

Ainda conforme Tonet (op. cit.):

o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste

sentido, não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto. (TONET, 2013, p. 14).

Sobre o papel do pesquisador na busca na apropriação do objeto, Netto (2011) afirma:

o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e sua dinâmica; mais exatamente: para apreendê-lo como um processo, o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. (NETTO, 2011, p. 25).

Porém, é necessário reafirmar que o processo de apropriação do objeto no plano da consciência não é fruto de articulações, mas são as determinações concretas que possibilitam ao investigador o desvelamento da lógica interna do objeto.

Sobre o processo de apropriação do investigador em relação ao objeto, Gusmão (2013) escreve:

o pesquisador tem de descobrir a gênese do sistema de ideias que busca desvendar, bem como a função social desse grupo de ideias, e tem de fazer ainda, obrigatoriamente, aquilo que se chama, no plano filosófico, da análise imanente das ideias. É o conjunto destas três coisas: 1) descobrir a gênese do sistema de ideias; 2) a função social daquele grupo de ideias; e 3) fazer uma análise imanente dessas ideias. (GUSMÃO, 2013, p. 65).

Partindo do pressuposto do trabalho como categoria que funda o homem, deve-se entender que essa categoria não é um mero fator ou uma mera causa, mas o elemento matriz do homem. A economia está na base do surgimento do Estado, portanto, sua natureza é classista e, neste sentido, a política é um complexo parcial cuja função é regular e assegurar o processo de dominação da classe trabalhadora e a expansão da base material.

Desse modo, a realidade ou o objeto investigado sempre se acha em inter-relação com outras categorias. Para Lukács (2013), não pode haver um elemento sem interação. Todos os complexos se encontram em algum grau de interação com os outros complexos. Assim, de acordo com Mészáros (2011):

não pode haver, nas questões humanas, um nível mais alto de complexidade do que o complexo societal geral, interagindo – e, sob as condições da sociedade de classe, interagindo conflituosamente – com sujeitos sociais indivíduos e coletivos; a aplicação do método dialético diz respeito à especificidade social e histórica dos intercâmbios relevantes e seu decorrente resultado na forma de seu desdobramento dinâmico. Portanto, qualquer tentativa de reduzir essa abordagem dialética vital a uma visão fetichista de ciência natural, de modo a ser capaz de desqualificar, sobre essa base, a

ideologia, não faz absolutamente nenhum sentido. (MÉSZÁROS, 2011, p. 142).

Porquanto a realidade é uma totalidade formada de complexos de complexos, não basta apenas explicar as contradições, mas é preciso reconhecer que elas possuem um fundamento e uma base objetiva real. Tal base revela que a realidade apresenta múltiplos aspectos.

Assim, ao se discorrer sobre o percurso metodológico marxiano adotado nesta pesquisa, destaca-se a importância das categorias: totalidade, concreto, aparente e pensado, contradição e classe social, já que são fundamentais para entender o ser social e o complexo do Estado, das políticas educacionais e sua relação direta com o processo de reprodução do capital.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a discussão sobre a categoria trabalho a partir da leitura do livro *Ontologia do Ser Social II*, de Lukács (2013). Nesse capítulo, aborda-se o trabalho como elemento fundante para o ser social, pensado a partir da sua origem, na relação do homem com a natureza, na produção dos seus meios materiais de existência, tendo como base a produção de valores de uso.

No segundo capítulo, enfoca-se a problemática da crise estrutural do capital e a reforma do Estado. Nesse contexto, busca-se entender as diferenças estabelecidas entre o período de crises cíclicas do capital em Marx (2012) e a problemática da crise estrutural do capital em Mézáros (2002), que se estabeleceu mais claramente a partir da década de 1970. Posteriormente, aborda-se a relação entre a crise estrutural do capital e a reforma do Estado.

No terceiro e último capítulo, são analisadas as questões relativas às reformas do Estado brasileiro a partir da década de 1980 e seus reflexos nas políticas educacionais. Para tanto, foi feita a discussão ontológica da educação para se compreender o papel que a educação e as políticas educacionais ocupam na ordem do capital, na formação de um sujeito político dentro dos limites das necessidades sociometabólicas do sistema.

2 – O TRABALHO

Para entender o ser social, faz-se necessário apreender como esse ser se constituiu e qual categoria o funda como ser social. Essa questão efetivamente remete a uma problemática de ordem ontológica, entendendo ontologia como o estudo do ser social.

A ontologia permite entender o homem desde o seu surgimento, a partir dos organismos mais primitivos até o desabrochar do homem em sua forma mais desenvolvida, o que só foi possível pela via do trabalho. Este é a categoria que funda o ser social, retirando o homem de sua condição meramente biológica. Portanto, o trabalho assume o papel central no processo de transformação do homem meramente biológico em ser social, visto que o trabalho só é possível pela consciência, que permite ao homem dar uma finalidade ao seu trabalho – condição que o diferencia em relação aos outros organismos presentes na natureza.

Sobre a questão ontológica, Mészáros (2011) assinala:

no nível ontológico fundamental, essa teleologia está preocupada com a forma pela qual o ser humano – esse único ‘ser automediador da natureza’ – cria e desenvolve a si próprio por meio de sua atividade produtiva dotada de propósito. (MÉSZÁROS, 2011, p. 55).

Assim, faz-se necessário debruçar-se sobre a dimensão ontológica do trabalho para compreender como essa categoria funda o ser social.

2.1 DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO

Sobre o trabalho, Lukács (2013) faz a seguinte assertiva:

[...] para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. (LUKÁCS, 2013, p. 41).

O trabalho, categoria que origina toda e qualquer prática social humana, é o que possibilita ao homem a superação do ser meramente biológico e seu salto ontológico para a

esfera do ser social, o que só é possível graças à presença do pôr teleológico, ou seja, da consciência.

Nesse sentido, o trabalho consiste na relação entre o homem e a natureza, com vistas à produção dos meios materiais de existência. É por meio do trabalho que o homem, na relação com a natureza, assegura a sua sobrevivência. Em síntese, o trabalho é uma relação dialética entre teleologia (ato de projetar a ação antes de que ela ocorra no plano concreto da vida) e causalidade (presente na natureza como seu princípio necessário).

Sobre essa questão, Lukács (2013) anota:

[...] o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser autofundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Costa, Paula e Moraes (2013), fundamentados em Lukács, destacam que:

no ser social as condições de reprodução são postas socialmente pela atividade consciente humana de transformação material da natureza, que tem como núcleo a objetivação de um projeto previamente idealizado – por mais tosco ou inconsciente que seja. O aspecto radicalmente novo do ser social está na forma de transformação material da realidade, que nele é determinada pelo pôr consciente de uma finalidade. (COSTA; PAULA; MORAES, 2013, p. 30).

A concepção do trabalho na perspectiva ontológica, considerando tanto sua gênese quanto seu desenvolvimento, pressupõe uma atividade específica do homem voltada para a transformação da natureza e com o objetivo de apropriar-se dos objetos naturais, a fim de produzir objetos úteis que venham a atender às necessidades humanas. É essa a essência do trabalho, que não pode ser confundida com a forma que o trabalho assume na sociedade capitalista, cujo objetivo é produzir “[...] *um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria*” (MARX, 1996, p. 211, grifo nosso).

O pôr teleológico que orienta a ação humano-social mediatizada pela relação homem-natureza com o objetivo de produzir valores de uso foi denominado por Lukács (2013) de pôr teleológico primário. Porém, com o desenvolvimento da práxis social e com o afastamento cada vez maior das barreiras naturais, tendo como base a relação entre homem e natureza, outras relações sociais vão surgindo, com o objetivo de induzir ou influenciar outros homens

a realizar o que se espera que eles façam. A este tipo de relação Lukács (2013) chama de pôr teleológico secundário.

Diante das questões postas, Lukács (2013) apresenta a ideia de que o processo dialético não se encontra apenas no sujeito social, mas está presente também na natureza. Portanto, nesta natureza há um movimento próprio, com características próprias no mundo inorgânico. Lukács (op. cit.) explica que esses dois tipos de dialética teriam as seguintes dimensões: a primeira, de ordem posta e objetivada pelo ser genérico social; a segunda se constitui independentemente da primeira e se dá no movimento da natureza.

Seguindo a linha de pensamento lukacsiano, existem dois movimentos dialéticos e há, também, dois tipos de movimento que promovem a objetivação. Essa objetivação está marcada pelo movimento que o ser social realiza e pelo movimento que ocorre na natureza. Assim, esses movimentos que ocorrem na objetivação, apesar de serem dialéticos, são diferentes em si, embora essa diferença não se constitua numa impossibilidade do estabelecimento de conexões entre as duas formas de objetivação.

A partir de Lukács (2013), compreende-se que a relação dialética entre a natureza e o ser social só é possível por um processo de mediação: o trabalho. Nesse sentido, o trabalho se apresenta como a categoria que funda o ser social e, portanto, passa a ser o elemento central da análise marxiana.

Dessa forma, o trabalho como processo de mediação será determinante para a constituição de outras mediações, possibilitando o complexo de complexos, conforme Lukács (2013).

Para Lukács (op. cit.), o trabalho é o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens, uma vez que é nele que se produzem novos complexos que impulsionam a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade. O trabalho apresenta dois momentos de ordem decisiva: a objetivação e a exteriorização.

A objetivação é o momento no qual o processo de prévia ideação é efetivamente posto, saindo do âmbito da consciência para tornar-se, agora, objeto real. A prévia ideação é entendida como o momento de planejamento que se constitui na consciência do ser social, antes de sua ocorrência no mundo real; portanto, o resultado já idealizado no plano da consciência. Para Lessa e Tonet (2011), a objetivação é sempre um processo de transformação da realidade que, ao seu término, gera mudanças tanto na realidade como no homem que alterou essa realidade.

O homem, após essa experiência, adquire novos conhecimentos e novas habilidades. Assim, o processo de objetivação faz parte da dinâmica da vida do homem, visto que sempre estará produzindo em sua consciência a chamada “prévia ideação”, a qual lhe permite, mediante as forças produtivas e as relações de produção, objetivar sempre algo novo no mundo.

Quanto à objetivação, Lukács (2013) a considera um processo de mediação que articula a teleologia, enquanto ideia abstrata e singular. O processo de objetivação imprime ao homem a necessidade de vencer as barreiras ou as resistências que podem se opor à transformação da causalidade em causalidade posta. Para isso, faz-se necessário que o homem conheça os nexos causais e as propriedades mais importantes da natureza que deseja transformar, a fim de atender às suas finalidades.

A segunda dimensão do trabalho é o processo de exteriorização. Para Lessa (2007),

(...) a exteriorização é esse momento do trabalho pela qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontado com a objetividade a ela externa, à causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente. (LESSA, 2007, p. 39).

Seguindo Lukács (2013), Lessa (2007) assevera que o momento da exteriorização é também o momento da exteriorização do homem. Portanto, à medida que ocorre uma transformação do mundo real, essa transformação se dará sempre a partir do nível de desenvolvimento atingido pelo ser social, sempre conectada às condições históricas determinadas. Assim, a exteriorização do homem revela o desenvolvimento social ou um estágio do desenvolvimento social.

Evidencia-se, desse modo, a importância do complexo objetivação-exteriorização para o processo de desenvolvimento do ser social e a distinção entre a sociedade e natureza. Essa diferença consiste no fato de que o mundo dos homens é uma construção humano-histórica e que a natureza existe independentemente do homem e possui uma lógica própria; ela pode sobreviver sem o homem, mas o homem não poderia existir sem a natureza.

Nessa relação dialética que se estabelece entre homem e natureza, observa-se que a causalidade dada pela natureza e a causalidade posta pelo homem são causalidades distintas. Ocorre aí a separação entre o homem e o objeto (natureza), ou seja, entre a prévia ideação e o objeto.

Sobre essa questão, Lessa (2007) ressalta:

essa relação dialética entre teleologia (isto é, projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação) e causalidade (nexos causais do mundo objetivo) corresponde à essência do trabalho, segundo Lukács. O que nos permite compreender com clareza que, no contexto da ontologia lukacsiana, a teleologia, longe de ser um epifenômeno da processualidade social, se constitui em categoria ontologicamente objetiva, pertencente à essência do mundo dos homens. (LESSA, 2007, p. 45).

Portanto, esse processo de mediação do homem com natureza é um momento a partir do qual a sociabilidade emerge. O trabalho é efetivamente esse processo de mediação que, pela práxis, promove o conhecimento. Para Lukács (2013), o conhecimento e a práxis são duas ações que não podem ocorrer sem a interação de ambas, porquanto são indissociáveis.

Lessa (2007, p. 50) entende que “o conhecimento requerido para a transformação do real deve ser, em algum grau, reflexo do real e não reflexo da subjetividade. Para Lukács (2013), o reflexo significa a forma especificamente social da ativa apropriação do real pela consciência; não se trata, pois, de um mero mecanismo do real na consciência. O reflexo não apenas reproduz o real na consciência do homem, mas também estabelece a diferença entre sujeito e objeto de polos diferentes da gnosiologia.

Ainda sobre o processo de mediação, Lukács (2013) aduz:

o processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas. (LUKÁCS, 2013, p. 77).

A busca do homem por respostas às suas necessidades por via do trabalho resulta em um processo objetivo de generalização dos resultados alcançados, de tal forma que a totalidade na qual o sujeito está inserido é também alterada.

Dessa forma, o trabalho permitiu ao homem – e permite até os tempos atuais – a possibilidade da tomada de decisão, colocando-lhe alternativas. Esse fato compõe o conjunto das ações humanas que permite a reprodução social e, conseqüentemente, a reprodução das individualidades.

Portanto, é na práxis – entendendo-se práxis como atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo (BOTTOMORE, 1997) – que os homens concretos em situações concretas produzem os atos concretos no interior da sociedade. Nessa situação, o homem encontra-se com demandas que são geradas e que evidenciam a necessidade de respostas, as quais irão sempre implicar escolhas – ou seja, alternativas – que só se constituem na prática.

Para Lukács (2013), resta evidenciado que toda ação humana é marcada por uma finalidade que impõe alternativas. As tomadas de decisões são sempre postas pelos homens em situações concretas e determinadas.

Nesse cenário, os atos humanos (individuais) produzidos em situações concretas, irão compor a totalidade social. Sobre essa questão, Lukács (2013) esclarece que essas condições são infinitas e que o desenvolvimento social torna-se cada vez mais complexo, possibilitando ao ser social o afastamento das barreiras naturais. Uma vez que se realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, são geradas necessidades que podem ser satisfeitas e exploradas por meio apenas do intercâmbio com a natureza.

O trabalho insere o mundo dos homens em um novo processo reprodutivo que requer, pela sua própria essência, a criação de novos complexos sociais que são distintos do trabalho. Esses novos complexos sociais exploram novas possibilidades na esfera do trabalho. Esse processo constitui o significado da expressão “afastamentos das barreiras naturais”, sem que se constitua um rompimento com a natureza, fato impossível de ocorrer, pois o homem necessita da natureza para a preservação da sua existência.

Assim, a produção de uma nova situação leva à produção de um novo momento histórico, acarretando consequências que alteram a vida de todos os indivíduos; estes, por sua vez, buscam responder às novas situações geradas pelas objetivações singulares. Nesse sentido, cada nova situação imprime mudanças nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si.

Lukács (2013, p.47) afirma que “desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim o trabalho se torna o modelo de toda práxis social”.

Ainda sobre a questão do trabalho, Lukács (op. cit.) acrescenta:

o fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia. (LUKÁCS, 2013, p. 47).

O trabalho é, portanto, o momento preponderante do complexo formado pela sociabilidade, pela linguagem e pelo próprio trabalho. É a protoforma da práxis social, ao tempo que depende das formas de práxis sociais mais complexas. Desse modo, não há trabalho sem a divisão do trabalho, linguagem e cooperação.

Lukács (2013, p. 81) comenta que “o trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intensos”.

É importante destacar que o trabalho é por ora apresentado como produtor de valor de uso, remetendo à origem do próprio trabalho. Lukács (2013, p. 81-2), referindo-se a essa questão, pontua que “(...) é preciso repetir que estamos falando do trabalho enquanto produtor de valor de uso, que é a sua forma inicial. Só nas sociedades mais complexas, de classes, essa conduta originária se entrecruza com outros motivos, surgidos do ser social”.

Em sua obra *Para uma ontologia do ser social* (tomo II), no capítulo sobre o trabalho, Lukács (2013) assevera que:

o ser humano foi caracterizado como o animal que frequentemente constrói suas próprias ferramentas. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar ferramentas implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, o autodomínio do homem aqui já descrito. Esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída do ser humano da existência meramente animal. Quanto aos fenômenos aparentemente análogos que se encontram nos animais domésticos, por exemplo, o comportamento dos cães de caça, repetimos que tais hábitos só podem surgir pela convivência com os homens, como imposições do ser humano sobre o animal, enquanto aquele realiza por si o autodomínio como condição necessária para a realização no trabalho dos próprios fins autonomamente postos. Também sob esse aspecto o trabalho se revela como o vínculo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 82).

O trabalho como atividade vital do homem o retira da condição de um mero organismo biológico e o coloca na rota do processo histórico, não como um mero objeto passivo do mundo, mas como um sujeito radicalmente marcado pela ruptura e pela transformação.

Assim, o homem, como ser social, marcado por necessidades, é impulsionado a responder a essas necessidades. Essa resolução lhe permite o desdobramento de sua própria vida, o que, no caso específico do homem, só é possível mediante a sua práxis. Essa práxis, sempre atrelada a uma finalidade, permite ao homem o processo de transformação da natureza e a sua própria transformação.

A consciência possibilita ao homem dar finalidade ao seu trabalho a partir de uma determinada necessidade. Essa necessidade gera no homem o movimento concreto de sua resolução. Na relação dialética, o ser social reflete em sua consciência o mundo concreto, pela

via da observação e da experimentação. Tanto mais esse reflexo ocorre em sua consciência, mais os homens podem conhecer as propriedades da natureza e escolher, entre as alternativas postas, qual o melhor objeto que serve as suas necessidades.

Nesse momento, o homem transforma a causalidade da natureza em uma causalidade posta. Ao término desse processo, o ser social produz um objeto que nunca existiu antes na natureza, e esse feito só é possível pela ação humana. Ao longo da história, o homem não apenas altera a natureza, mas a si mesmo. A sociedade busca apropriar-se de cada nova objetivação e, com isso, promover a reprodução social da vida em sua totalidade.

Sobre as questões ora tratadas, Marx (2010), em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ressalta, de forma brilhante, o trabalho como a categoria da vida do homem:

o engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente enquanto o homem produz universalmente; o animal produz sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no animal, o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livremente com seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2010, p. 85).

E continua:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa e efetivamente, contemplando-se a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física. (MARX, 2010, p. 85).

A partir dessas citações, confirma-se a centralidade da categoria trabalho, por ser a categoria que fundou o homem como ser social e todos os outros complexos que constituem a totalidade social.

2.2 TRABALHO COMO PÔR TELEOLÓGICO

Lukács (2013) afirma que a ciência atual tem demonstrado a presença do ser orgânico a partir do inorgânico em circunstâncias específicas, como no ar e na pressão atmosférica. Isso leva a crer que o ser orgânico necessita do ser inorgânico para se constituir como tal. Nesse ciclo, se constitui a reprodução da vida; é o ser orgânico, portanto, a base para a constituição do ser social.

Entretanto, no processo de reprodução da vida, existem seres que não irão conseguir o seu desenvolvimento biológico, mantendo-se no estágio fixado pela ordem natural. Porém, outros organismos, através de saltos ontológicos, se constituem em um novo ser. Assim, o surgimento do ser social decorreu de um longo processo de desenvolvimento ativo dos organismos primitivos até tornar-se homem; esse ser torna-se um ser social apenas pela via do trabalho.

O trabalho só é possível pelo papel que a consciência passa a ter na vida do homem. A consciência é o fator decisivo que separa de forma definitiva o ser social dos outros seres pertencentes à natureza. Sobre isso, ensina Marx (2010):

a natureza é o corpo inorgânico, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo do homem. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo e, como tal, ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza e o seu corpo não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2010, p. 84).

O homem não abandona sua natureza biológica pelo fato de converter-se num ser social. Na busca da produção de sua própria vida, o homem é obrigado a produzir seus meios materiais de existência. Essa condição se constitui no elemento central do trabalho em sua origem: a relação do homem com a natureza, no intuito de produzir coisas úteis para a sua sobrevivência¹.

¹ O trabalho, conforme apresentado aqui, é pensado na sua forma **original**, ou seja, como produção de valor de uso.

Reafirma-se, desse modo, o papel decisivo que a consciência ocupa na passagem do ser meramente biológico para o ser social. É pela consciência que se distingue o trabalho do ser social do trabalho dos outros animais presentes na natureza, e essa distinção dá-se pelo pôr teleológico.

O trabalho, antes de ser realizado pelo homem, já existia em sua consciência. A isso Lukács (2013) chamou de “prévia-ideação”. Precisamente, esse pôr teleológico é o que marca a diferença entre o ser social e os outros animais. No momento em que a consciência apresenta-se de forma ativa, ocorre um salto ontológico.

Conforme Lukács (2013):

todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser. (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Diante do exposto, percebe-se que o salto ontológico é sempre uma ação que na reprodução do ser social gera a possibilidade de avanços e mudanças. Isso significa que o salto ontológico está contido no ser social, que já traz dentro de si a possibilidade da mudança.

Assim, a linguagem nasce da necessidade de os homens se comunicarem entre si em situação de trabalho. Essa necessidade imputa ao organismo a funcionalidade da laringe. Nesse sentido, a linguagem como necessidade humana ocorre nas relações dos homens entre si na situação de trabalho, requerendo do organismo o desenvolvimento da potencialidade da fala. Dessa forma, está-se diante de um salto ontológico de grande proporção para o desenvolvimento do ser social.

O trabalho na sua condição original está diretamente ligado à relação do homem com a natureza para a produção dos seus meios materiais de existência. Portanto, o homem na relação com a natureza transforma essa natureza e é ao mesmo tempo transformando por ela, em uma relação dialética. Assim, o homem por meio do pôr teleológico confere finalidade ao seu trabalho, criando objetos antes não existentes na natureza, como as ferramentas.

A madeira e a pedra nunca iriam transformar-se em um machado sem o trabalho do homem, haja vista que sua existência pertence à outra ordem: a da causalidade. Lukács (2004) observa que a casualidade é sempre um princípio de movimento autônomo, que está baseado

em si mesmo. A teleologia, que consiste no pôr da consciência, é, portanto, o oposto da causalidade.

Dessa forma, conclui-se que o trabalho se constitui de duas unidades heterogêneas: a teleologia e a causalidade, sendo a causalidade o próprio objeto e a teleologia, a possibilidade de transformação desse objeto. O trabalho é, assim, a síntese dessas duas unidades.

Dessa forma, apresenta-se a nítida relação entre fim e meios, na qual os fins necessitam dos meios para ocorrer, enquanto os meios são a possibilidade concreta de ocorrência dos fins. Para Lukács (2013, p. 55), “natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final, o produto do trabalho”.

A relação fim e meios caracteriza-se por uma relação dialética. Para que se possa chegar a um resultado acertado do trabalho, faz-se necessário observar, tanto quanto possível, a objetividade – ou seja, a natureza e os objetos nela existentes. Quanto mais informações se obtenha dessa objetividade, mais correta será a escolha para atender aos fins. Sobre essa questão Lukács (2013) destaca:

nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou o fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posto. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho, como o voo foi um sonho desde Ícaro até Leonardo e até um bom tempo depois. (LUKÁCS, 2013, p. 56-57).

Assim, pode-se afirmar, a partir do pensamento de Lukács (2013), que o trabalho só ocorre quando a sua finalidade se objetiva, ou seja, quando ocorre uma conexão com a matéria e seus elementos naturais. Nesse caso, pela atividade do ser social, resulta ao término um objeto novo que não teria existência sem o pôr teleológico atuando na causalidade posta. Dessa forma, o trabalho, como síntese da teleologia e da causalidade, realiza uma objetivação de uma prévia ideação do ser social que se concretiza.

O trabalho, como síntese da teleologia e da causalidade, tem como produto final algo que antes não existia na objetividade e que só pode se objetivar na práxis social por meio da consciência. A possibilidade de reflexo da realidade na consciência, que nunca se dá de forma exata, permitiu ao ser social pensar na realidade da dimensão da sua consciência. Diante desse

fato, o ser social tem a possibilidade de transformar a realidade, bem como a possibilidade da escolha.

Ainda destacando os fins e os meios como parte constitutiva do trabalho, pode-se afirmar que os meios se constituem pelos fins e que sem os fins não haveria os meios. Mas será que nessa relação dialética existe algum grau de superioridade de uns sobre os outros, uma vez que ambos são partes constitutivas do trabalho?

Para tentar responder a essa questão, iniciar-se-á a abordagem pelos fins. Estes são a possibilidade de dar uma finalidade ao trabalho. Eles orientam para os meios. Mas, ao tempo de sua efetivação, deixam de existir. Portanto, o fim tem um caráter temporal.

Por outro lado, os meios são orientados para os fins. Trata-se do caminho trilhado pelo ser social para construir determinado objeto. Ao término do trabalho, os meios, que foram orientados pelos fins, não deixam de existir. Permanecem como meios, que podem, inclusive, ser usados para outros fins.

O homem, pelos meios, começa a constituir o conhecimento. Os meios apresentam uma maior preponderância em relação aos fins. Mas isso não implica afirmar que, na constituição do trabalho, os fins e os meios não sejam fundamentais para o resultado final: o produto objetivado.

De acordo com Lukács (2013):

se considerarmos os processos de trabalho na sua continuidade e desenvolvimento histórico no interior dos complexos reais do ser social, teremos certa inversão nessa relação hierárquica, a qual, embora não sendo certamente absoluta e total é, mesmo assim, de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade humana. Uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social de fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim). (LUKÁCS, 2013, p. 57).

Diante dessa questão, Lukács (2013) afirma que, ontologicamente falando, o pensamento científico teria sua gênese no trabalho, especificamente atrelada às investigações dos meios, visto que é durante o processo de constituição dos meios (procedimento) que a execução obteria o conhecimento – o conhecimento científico, mais especificamente.

O processo de reflexo da realidade na consciência do ser social é chamado de espelhamento. Portanto, espelhamento é a possibilidade que o ser social tem de refletir a

realidade em sua consciência. Nesse sentido, o ser social tem a possibilidade de pensar a realidade no plano da consciência. Quanto mais próximo for esse reflexo, mais próximo de captar o real e suas propriedades, e mais acertada é a tomada de decisão diante de alternativas.

O espelhamento é de suma importância para o desenvolvimento do ser social. Pensar sobre o mundo a partir do mundo concreto significa que o ser social constitui um processo de distanciamento entre o sujeito da consciência que reflete o mundo real e o objeto refletido. Assim, o sujeito e os objetos são substâncias diferentes, de natureza heterogênea.

O objeto a ser refletido pelo ser social é sempre externo a ele, e esse objeto mantém uma relação de independência em relação ao ser social; em outras palavras, o objeto independe do ser social para existir. Ele está posto na causalidade da natureza, porquanto pertence à natureza.

A natureza, por sua vez, é regida por uma causalidade espontânea, não teleológica. Nessa relação entre teleologia e causalidade, surgirá um objeto que antes não existia na natureza; é o que Lukács (2013) denomina causalidade posta, uma causalidade que sofre alteração mediante a ação do homem.

Dessa forma, fica evidente que o indivíduo é quem é obrigado a conhecer o objeto, e não o inverso. O objeto posto na natureza jamais terá um pôr do fim.

Sobre essa questão, Lukács (2013) esclarece:

o espelhamento mostra uma separação precisa entre objetos que existem independentemente do sujeito e sujeitos que figuram esses objetos, por meio de atos de consciência, com um grau maior ou menor de aproximação, e que podem convertê-los em uma possessão espiritual própria. Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e ao mesmo tempo a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquele pôr do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se. (LUKÁCS, 2013, p. 65).

Diante do exposto, o processo de distanciamento entre o sujeito e o objeto é um ato puramente humano, visto que nos outros animais não ocorre a separação entre o animal e o mundo objetivo. Sua consciência está presa à lógica da natureza. Porém, ao se tratar do homem, o processo de distanciamento permite a distinção do mundo objetivo e sua confrontação em relação a ele.

Sobre o processo do espelhamento, Lukács (2013, p. 67) afirma:

de outro lado, esse processo de objetivação e de distanciamento tem como resultado que as reproduções jamais possam ser cópias quase fotográficas, mecanicamente fiéis da realidade. Elas são sempre determinadas pelos pores do fim, vale dizer, em termos genéticos, pela reprodução social da vida, na sua origem pelo trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 67).

Partindo dessa prerrogativa, o espelhamento na consciência do ser social é condição *sine qua non* para a existência de objetos radicalmente diferentes dos objetos constituídos na natureza e que, sem a ação do homem, esses novos objetos não poderiam ter existência.

Para que uma porta possa existir é necessário que o ser social, em decorrência do processo de reflexo na consciência, realize determinadas articulações no elemento natural – a madeira –, podendo compreender suas propriedades; essas permitem a construção da porta. É evidente que a opção por determinado tipo de madeira em relação aos outros tipos existentes na natureza só será possível pelo fim desejado, que é, em última instância, construir uma porta.

Assim, as propriedades dos objetos postos na natureza contêm em si a possibilidade de sua transformação, cabendo ao ser social, via consciência, a possibilidade de desenvolvimento e de articulações imanentes ao objeto.

Nesse momento, está-se diante de algo fundamental: a passagem da *potência* ao *ato*. A passagem do reflexo da realidade ao pôr de um novo objeto na objetividade decorre sempre de alternativas. As escolhas surgem para o ser social no interior de seu processo de trabalho². No confronto com os objetos postos na natureza, o homem deverá fazer escolhas que podem, efetivamente, atender aos fins do seu trabalho na busca da resolução de suas necessidades. As escolhas se apresentam ao homem no interior de seu trabalho mediante o reconhecimento e o correto manejo dos nexos causais para realizar os fins.

Segundo Lukács (2013), o ser social se acha diante de duas alternativas. “a primeira: é certo ou é errado escolher tal pedra para determinado fim? Segunda: o fim posto é certo ou é errado? Vale dizer: uma pedra é realmente um instrumento adequado para esse fim posto?” (LUKÁCS, op. cit., p. 71).

Portanto, o homem para realizar suas necessidades deverá fazer escolhas no interior do trabalho. Quando corretas, estas permitem a realização dos fins. As escolhas que se colocam no interior do trabalho só podem ser resolvidas por duas dimensões que constituem o trabalho humano: a observação e a experiência. Ambas estão atreladas ao reflexo dos objetos na

² Para Aristóteles, o ato é a forma como a coisa **é**, e a **potencia** é aquilo em que a coisa pode vir a ser. Assim pode-se afirmar que uma semente é a potência de uma árvore. (ARISTÓTELES. *Da Alma* (De Anima). Tradução. Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2001).

consciência. O homem pode identificar as propriedades que possui determinado objeto e o que o torna apropriado ou não à sua atividade-fim.

Sobre isso, Lukács (2013) pondera que:

não se pode deixar de perceber, quando se reflete, ainda que rapidamente, sobre qualquer processo de trabalho – mesmo o mais primitivo – que nunca se trata simplesmente da execução mecânica de um fim posto. A cadeia causal na natureza se desenrola “por si”, de acordo com a sua própria necessidade natural interna do “se... então”. No trabalho, ao contrário, como já vimos, não só o fim é teleologicamente posto, mas também a cadeia causal que o realiza deve transformar-se em uma causalidade posta. Com efeito, tanto o meio de trabalho como o objeto de trabalho, em si mesmos, são coisas naturais sujeitas à causalidade natural e somente no pôr teleológico, somente por meio desse, podem receber o pôr socialmente existente no processo de trabalho, embora permaneçam objetos naturais. Por essa razão, a alternativa é continuamente repetida nos detalhes do processo de trabalho: cada movimento individual no processo de afiar, triturar etc. deve ser considerado corretamente (isto é, deve ser baseado em um espelhamento correto da realidade), ser corretamente orientado pelo pôr do fim, corretamente executado pela mão etc. Se isso não ocorrer, a causalidade posta deixará de operar a qualquer momento e a pedra voltará à sua condição de simples ente natural, sujeito a causalidades naturais, nada mais tendo em comum com os objetos e os instrumentos de trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 71-72).

Nesse sentido, a alternativa se constitui em uma categoria mediadora. Revela o procedimento causal da natureza, adequado e colocado em movimento pelo trabalho do ser social. Assim, todo objeto produzido pelo trabalho do homem é proveniente da causalidade da natureza, mas sua origem está diretamente ligada às decisões do homem, em confronto com o objeto e o reconhecimento das propriedades naturais que esse objeto tem, o que permite, afetivamente, concretizar o fim.

No processo de reflexo, a causalidade da natureza se constitui sempre em alternativas. O homem determinará quais nexos e possíveis arranjos podem a vir se concretizar em sua atividade.

Para Lukács (2013), a alternativa

é um ato de consciência, é, pois a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente. Deve-se sublinhar ainda que esse ente, no trabalho, é sempre algo natural, e que essa sua contribuição natural jamais pode ser inteiramente suprimida. Por mais relevante que sejam os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural só pode retroceder, jamais desaparecer inteiramente; e isso é válido tanto para o machado de pedra quanto para o reator atômico. Com efeito, para mencionar apenas uma das possibilidades, sem dúvida as causalidades naturais são submetidas às

causalidades postas de acordo com o trabalho, mas, uma vez que cada objeto natural tem em si uma infinidade intensiva de propriedades como possibilidades, estas jamais deixaram inteiramente de operar. (LUKÁCS, 2013, p. 73).

Porém, com o desenvolvimento e a complexidade do trabalho, as alternativas que se colocam ao homem passam a ser mais complexas, e tanto o objeto da produção como a técnica se aprimoraram. Conforme Lukács (2013):

na medida em que desenvolve a socialização da produção, isto é, da economia, as alternativas assumem uma figura cada vez mais diversificada, mais diferenciada. O próprio desenvolvimento da técnica tem como consequência o fato de que o projeto de modelo é o resultado de uma cadeia de alternativas, mas, por mais elevado que seja o grau de desenvolvimento da técnica (sustentado por uma série de ciências), nunca será a única base de decisão da alternativa. Por isso, o *optimum* técnico assim elaborado de modo nenhum coincide com o *optimum* econômico. Certamente, a economia e a técnica estão, no desenvolvimento do trabalho, numa coexistência indissociável e têm relações ininterruptas entre si, mas esse fato não elimina a heterogeneidade, que, como vimos, se mostra na dialética contraditória entre fim e meio; pelo contrário, muitas vezes acentua sua contraditoriedade. Dessa heterogeneidade, sobre cujos complicados momentos não podemos deter-nos agora, deriva o fato de que se o trabalho, como vistas à sua realização sempre mais elevada e mais socializada, criou a ciência como órgão auxiliar, a inter-relação entre ambas apenas pode se realizar em um desenvolvimento desigual. (LUKÁCS, 2013, p. 74-5).

O que foi apresentado até o momento sobre o trabalho como categoria fundante do ser social é de suma importância para o entendimento das determinações que ocorrem no interior da atividade humana.

Nesse cenário, o trabalho é constituído por complexos heterogêneos que envolvem a causalidade da natureza e o pôr teleológico, incluindo o reflexo da realidade na consciência do ser social que, por observação e experimentação, pode fazer escolhas das alternativas postas na natureza, de forma a atender a sua finalidade.

Dessa forma, o ser social sempre terá a possibilidade da escolha de alternativas para efetivar seu projeto ou não. O homem é ser respondente; portanto, um ser da decisão. Dessa forma, tem a capacidade de se apropriar da causalidade posta pela natureza e de transformá-la, objetivando algo novo na realidade, mas sempre a partir dos objetos postos na natureza. O homem, mediante o pôr teleológico, dá finalidade e cria novos objetos. Com isso, concretiza a potência no ato, ou seja, objetiva um novo ente.

Assim, em um primeiro momento, o trabalho é algo cognitivo. Sua finalidade – pôr teleológico – é de ordem subjetiva. Porém, deve-se compreender que o cognitivo só é possível

pelo distanciamento entre sujeito e objeto no processo de reflexo. Lukács (2013) faz a seguinte consideração sobre a importância da subjetividade:

naturalmente, os momentos intelectuais do projeto de um pôr de fim no trabalho são importantes, em última análise, na decisão da alternativa; seria, porém, fetichizar a racionalidade econômica ver aí o motor único da passagem da possibilidade à realidade no campo do trabalho. Esse tipo de racionalidade é um mito, tanto quanto a suposição de que as alternativas que nós descrevemos se realizam num plano de pura liberdade abstrata. Em ambos os casos deve-se sustentar que as alternativas orientadas para o trabalho sempre se pautam para a decisão em circunstâncias concretas, quer se trate do problema de fazer um machado de pedra ou do modelo de um automóvel para ser produzido em centenas de exemplares. Isso implica, em primeiro lugar, que a racionalidade depende da necessidade concreta que aquele produto singular deve satisfazer. (LUKÁCS, 2013, p. 75).

A partir dessa citação do Lukács (2013), ressalta-se que o papel da subjetividade é de suma importância no processo da resolução das necessidades. Basta refletir sobre o pôr teleológico. Essa questão é de ordem cognitiva, mas sua existência só é possível devido a necessidades concretas. Assim, a racionalidade é dependente da objetividade, da realidade concreta, para se constituir.

A reflexão sobre a subordinação da racionalidade às necessidades objetivas pode conduzir às alternativas para a resolução das necessidades humanas, no campo do real da ocorrência da ação do homem: o mundo. Sobre essa questão, Lukács (2013) afirma:

a alternativa e a predeterminação se excluem mutuamente, em termos lógicos – a primeira não pode deixar de ter seu fundamento ontológico na liberdade de decisão. E isso é correto até certo ponto, mas apenas até certo ponto. Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa concreta: a decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto dum fim. Isso quer dizer que nenhuma alternativa (e nenhuma cadeia de alternativas) no trabalho pode ser referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cujo fim (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzido não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. (LUKÁCS, 2013, p. 76).

Portanto, a necessidade é fundamental para pôr o organismo em movimento. O momento preponderante que marca a grande diferença entre a resolução das necessidades no homem, que não ocorre nos animais, é o pôr teleológico. Esse momento se constitui, portanto, no primeiro caminho para o trabalho.

Daí se afirmar que o trabalho, em um primeiro momento, é da ordem do cognitivo. Sua ocorrência se dá na consciência do ser social. Na medida da constituição da consciência, está-se diante do homem, que estabelece uma ordem de dominação da razão sobre o instinto (emoções). Nesse sentido, o ser social usa o trabalho como elemento de mediação na busca da solução de suas necessidades e na efetivação de sua satisfação.

De acordo com Lukács (2013):

o trabalhador deseja necessariamente o sucesso de sua atividade. No entanto, ele só pode obtê-lo quando, tanto no pôr do fim quanto na escolha dos seus meios, está permanentemente voltado para capturar o objetivo ser-em-si de tudo aquilo que se relaciona com o trabalho e para comportar-se em relação aos fins e aos seus meios de maneira adequada ao seu ser-em-si. Aqui não temos apenas a intenção de atingir um espelhamento objetivo, mas também de eliminar tudo o que seja meramente instintivo, emocional etc. e que poderia atrapalhar a compreensão objetiva. Essa é a forma pela qual a consciência torna-se dominante sobre o instinto, o conhecimento sobre o meramente emocional. (LUKÁCS, 2013, p. 79).

A possibilidade concreta de induzir os nexos causais da natureza a serviço do pôr teleológico e sua consequência é uma causalidade posta que só pode se constituir pela alternativa que o homem tem em sua atividade concreta: o trabalho. Assim, a alternativa é a possibilidade de realização do fim, assim como da concretização da execução. O homem pode fazer a opção entre o certo ou o errado. Nesse caso, o reflexo da realidade é imprescindível para a possibilidade da escolha ser acertada e atender aos fins.

Transformar a natureza pelo trabalho é a pura transformação dos nexos causais (objetos presentes na natureza) que são independentes do homem. Ainda assim, o homem pela via do trabalho (consciência) transforma a causalidade da natureza em uma causalidade posta. Nesse momento, o pôr teleológico se realiza concretamente na objetividade, como resultado final do trabalho.

Por fim, fica evidente que a tomada de decisão faz parte do trabalho do homem desde sua origem até os tempos atuais. O trabalho, em seu interior, colocou o homem diante da possibilidade de escolha. Assim, colocou o homem diante de sua liberdade, da produção do conhecimento e da transformação da causalidade da natureza em causalidade posta.

2.3 O TRABALHO COMO PRÁXIS SOCIAL

No tópico anterior discorreu-se sobre o processo de humanização do homem ao atribuir finalidade ao seu trabalho, pela consciência – pôr teleológico. Essa explicação funda

ontologicamente o trabalho como uma ação específica do homem. Trata-se da passagem do ser meramente biológico para o ser social, com consciência ativa.

Assim, o trabalho pode ser considerado o modelo de toda práxis social. Vale destacar que aqui o trabalho é considerado como produção de valor de uso, aquilo que Lukács (2013) definiu como o “pôr teleológico primário”, que é a relação do homem com a natureza para a produção dos meios materiais de sua existência.

Assim, o trabalho como valor de uso se refere à relação do homem com a natureza, com o objetivo de produzir os meios materiais de existência, tais como utensílios, as ferramentas, para sua subsistência, para o uso. Nesse sentido, Lukács (2013, p. 44) observa que “o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência”. O trabalho, como valor de troca, segundo Lukács (2013, p. 44), “somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado”; assim, o trabalho como valor de troca é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o tempo padrão, para produzir uma mercadoria, o que possibilitará a troca.

Seguindo esse raciocínio, percebe-se que o trabalho é um processo que se complexifica. Essa complexidade se constitui por novas possibilidades, e não mais se resume à constituição de um trabalho voltado para a produção de objetos úteis à subsistência do homem, em sua relação direta com a natureza.

À medida que o homem se afasta das barreiras naturais, surge um trabalho marcado por um pôr teleológico, com a finalidade de influenciar os pores teleológicos de outro homem ou de um agrupamento de homens, para que se faça o que é esperado. O “pôr teleológico secundário”, conforme denominado por Lukács (2013), não se constitui no trabalho de valor de troca, mas está presente antes de sua instituição como modelo de trabalho.

Sobre essa questão, Lukács (2013) afirma:

o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, porquanto depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que já esteja presente o problema do valor da troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. Por isso, esta segunda forma de pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens, já pode existir em estágios muito iniciais. (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Nesse sentido, toma-se como exemplo um grupo de homens que saem para caçar. Para uma melhor ordenação da caça e de seus resultados, é necessário que esse grupo de homens

tenha planejado a ação da caça antes de sua ocorrência na prática. Porém, é indispensável que ocorra cooperação entre esses homens. Essa cooperação proporciona os resultados desejados, que é a efetivação da caça. Para tanto, há a divisão dos homens em grupo. Há os que vão sair como batedores, os que vão ficar em posições estratégicas para abater o animal e os que devem ficar cuidando do fogo, para assar o animal caçado. Nesse exemplo, há alguns pontos fundamentais a serem discutidos.

Para que o trabalho ocorresse, foi necessário, em um primeiro momento, que os homens pertencentes ao grupo definissem as suas funções na atividade. Cada função gerou sobre o seu ocupante um tipo de ação ou comportamento que é esperado por todos os membros do grupo. Neste momento, evidenciam-se os processos de influência entre os homens, mediante os quais cada homem faz o que se espera que ele faça. Esse fazer algo esperado trata-se da relação de homens entre si, onde se destaca a influência sobre outros homens na adoção em pores teleológicos.

Assim, é nas relações sociais entre os homens que se estabelecem sentidos, sendo conferido significados às coisas; tais sentidos e significados são, portanto, compartilhados numa mesma atividade: o trabalho.

Pode-se afirmar que o trabalho, como uma síntese entre teleologia e causalidade, apresenta duas dimensões: uma de caráter objetivo, na relação do homem com a natureza, para a produção dos seus meios materiais de existência, denominada *teleologia primária*; e outra de caráter subjetivo, que implica a influência de um homem sobre outro ou outros, denominada *teleologia secundária*. Sobre os conceitos de teleologia e causalidade, Lessa (2007) esclarece que a teleologia é uma finalidade, um ato de projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação; já a causalidade é tudo que é dado pela natureza e é posta pelos atos humanos.

Sobre a teleologia secundária, Lessa (2007) observa:

essa nova posição teleológica, ao invés de buscar a transformação do real, tem por objetivo influenciar na escolha das alternativas a serem adotadas pelos outros indivíduos e visa a convencer os indivíduos a agir em um dado sentido, e não em outro. (LESSA, 2007, p. 66).

O pôr teleológico secundário se constitui com o desenvolvimento de sociedades mais avançadas. Sob esse aspecto, Lukács (2013, p. 84) ressalta que “tais pores teleológicos

secundários estão muito mais próximos de práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui entendemos”³.

Na medida em que o trabalho se complexifica em decorrência dos pores teleológicos, pode-se afirmar que ele contém em si o universal e o particular. Sobre isso, Lukács (2013) afirma:

uma análise mais profunda dessa questão será feita adiante. A referência aqui era necessária apenas para distinguir as duas coisas. Em parte porque um primeiro olhar a esse nível social mais elevado do trabalho já nos mostra que este, no sentido por nós referido, constitui a sua insuprimível base real, é o fim último da cadeia intermediária, eventualmente bastante articulada, de pores teleológicos; em parte porque esse primeiro olhar também nos revela que o trabalho originário deve, por si mesmo, desenvolver necessariamente tais formas mais complexas, por causa da dialética peculiar de sua constituição. E esse duplo nexos indica uma simultânea identidade e não identidade nos diversos graus do trabalho, mesmo quando existem mediações amplas, múltiplas e complexas. (LUKÁCS, 2013, p. 84).

As mediações amplas, múltiplas e complexas que surgem do trabalho, citadas por Lukács, são sempre indissociáveis e compõem um processo unitário.

Para Lukács (2013), esse momento do distanciamento entre sujeito e objeto é de fundamental importância para a apreensão conceitual do mundo concreto. A linguagem surge como possibilidade de expressão desse mundo conceitual, que se constitui como conceitual a partir, sempre, do mundo concreto.

Sobre o aparecimento da linguagem, Lessa (2007, p. 93) aduz:

a necessidade de se apropriar das determinações do real para poder operar posições teleológicas com cada vez maior probabilidade de sucesso, aliada à necessidade de generalização subjetiva e objetiva dos resultados concretos da práxis, está na base da gênese do complexo social da fala. (LESSA, 2007, p. 93).

Assim, pode-se precisar a importância da linguagem como um complexo diretamente relacionado ao trabalho. Dessa forma, o trabalho não pode ser considerado como algo isolado, mas a partir de uma determinação de existências; ou seja, só se pode falar do trabalho do ponto de vista concreto mediante todos os procedimentos presentes na totalidade do ser social.

Para Sartori (2010), pensar na categoria trabalho é pensar também na linguagem como um elemento basilar ao próprio trabalho. Lukács (2013) observa que a linguagem e o

³ O tipo de trabalho ao qual Lukács (2013) se refere na citação é o trabalho em sua condição original, constituído pela relação do homem com a natureza, ou seja, trabalho como valor de uso.

pensamento conceitual são categorias que surgem da necessidade do trabalho. Portanto, o trabalho é efetivamente o momento preponderante para a linguagem e para o pensamento conceitual, sendo impossível a dissociação de ambos.

A linguagem, além de constituir um ponto modal para a concretização do trabalho, permite aos homens comunicar o resultado do trabalho a outro grupo de homens e, nessa ação, transmitir a experiência ao longo dos tempos. Nesse contexto, entende-se a importância da linguagem na teleologia secundária, como dimensão essencialmente social.

Sobre as formas superiores de práxis, Lukács (2013) aponta pontos importantes para se compreender como os complexos, tais como a educação, têm um papel de relevância na influência das consciências dos homens, já que o ato educativo ocorre nas relações sociais. E tem como fundamento a mediação entre os homens, na passagem do conhecimento produzido pela humanidade. Numa sociedade de classes, o processo educativo passa a ter como função o processo de dominação, a ser concretizado pelas políticas educacionais.

A educação é um processo de mediação entre os homens e ocorre no plano das relações sociais. De acordo com Lukács (2013):

o agir finalisticamente necessário, sua correta preparação no pensamento e sua execução podem dar origem continuamente a formas superiores de práxis que se misturam com falsas representações acerca de coisas que não existem e são tidas como verdadeiras e como fundamento último. Isso mostra que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência (e, junto com esta, daquela do ser gênero), como instrumento indispensável de tal reprodução. Essa consciência se torna certamente sempre mais difusa, sempre mais autônoma, e, no entanto, continua ineliminavelmente, embora através de muitas mediações, em última análise, um instrumento da reprodução do próprio homem. (LUKÁCS, 2013, p. 87).

Nessa citação, Lukács (op. cit.) chama atenção para elementos que serão abordados com mais detalhes quando se tratar sobre a gênese do Estado.

Sobre o pôr teleológico secundário, percebe-se que este se constitui de forma cada vez mais relevante com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Destaca-se que o pôr teleológico secundário já estava posto no momento mais originário do trabalho, porém não assumia um caráter de relevância em decorrência das precárias condições materiais.

Um ponto central mencionado por Lukács (2013) na citação acima é que a consciência, com origem no trabalho, passa a ter certo grau de autonomia, mas com certo grau de relatividade intervindo na vida do homem e em sua atividade de autorreprodução.

Portanto, falar da ciência e da teoria é, em última instância, falar da relação teoria e práxis. Sobre o problema da relação teoria/práxis, Lukács (2013) faz a seguinte assertiva:

é preciso voltar à práxis, ao seu modo real e material de manifestação, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e univocamente suas determinações ontológicas fundamentais. Assim, o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. E constitui um ato pioneiro no desenvolvimento do pensamento humano e da imagem humana do mundo equacionar o problema pondo o trabalho no centro dessa disputa; e isso não só porque desse modo é afastada criticamente do desdobramento do ser na sua totalidade qualquer projeção; não só porque o trabalho (a práxis social) é entendido como o único complexo do ser no qual o pôr teleológico tem um papel autenticamente real e transformador da realidade, mas também porque sobre essa base – e, ademais, generalizando-a e ultrapassando-a, com essa generalização, a mera constatação de um fato ontológico fundamental – é evidenciada a única relação filosoficamente correta entre teleologia e causalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 89).

Portanto, para Lukács (2013), teoria e práxis são partes integrantes da estrutura dinâmica do trabalho – não excludentes, mas heterogêneas. Nesse sentido, é evidente que as contradições postas apresentam naturezas diferentes, porém são indissociáveis.

A simultaneidade entre teoria e práxis possibilita outros complexos. Estes só podem ter sua ocorrência na dimensão do ser social. Assim, ontologicamente, a teoria deverá objetivar algo concreto para poder ter existência. Portanto, um pôr só é possível pela existência de um sujeito. É uma ação meramente de ordem social, que atende a uma necessidade social, mas que não implica a ruptura com a natureza, pois para a objetivação do pôr teleológico faz-se necessária a presença da causalidade. Só assim torna-se possível objetivar uma causalidade agora posta.

Quando se estabelece determinado grau de hierarquia entre o cognitivo e a práxis, não se pretende menosprezar as questões de ordem da consciência, pelo contrário; pois o ser social só pode constituir o conhecimento em sua forma mais primitiva ou mais complexa pela possibilidade concreta do pôr, que permite tomar decisões mais exatas diante das alternativas e, com isso, objetivar um produto que não existia na natureza.

Sobre essa questão, Lukács (2013) traça a seguinte nota:

a coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, é só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação. (LUKÁCS, 2013, p. 90).

Lukács (op. cit.) enfatiza um ponto importante: é no trabalho e em seu processo de conversão da causalidade espontânea em causalidade posta⁴ que se dará a preservação do ato cognitivo em sua forma mais pura.

Por outro lado, à medida que ocorre o avanço das forças produtivas e das relações de produção, o pôr teleológico passa a ter como finalidade influir na consciência de outros homens para um determinado fim. Os interesses sociais, que estão presentes em qualquer pôr do fim, obviamente irão influenciar nos pores das cadeias causais necessárias para a sua efetivação. Dá-se, assim, o pôr *teológico secundário*, como denominado por Lukács (2013).

2.4 A TELEOLOGIA SECUNDÁRIA E O ESTADO

Ao longo desse capítulo, examinou-se o trabalho como a categoria que funda o ser social, retirando-o da condição meramente biológica. Essa questão pautou-se pelas considerações de Lukács (2013), ao afirmar que:

o trabalho é capaz de despertar novas capacidades e necessidades no homem; as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, pois elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçados – dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada – quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento na “natureza humana”. (O caso de Ícaro não aponta para limites da “natureza humana” em geral, mas para os limites das forças produtivas na economia escravista da Antiguidade) (LUKÁCS, 2013, p. 303).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o homem é um ser respondente, ou seja, que responde às suas necessidades. À medida que as respostas são dadas, novas necessidades surgem, colaborando para o afastamento das barreiras naturais e inserindo o homem cada vez mais no mundo social.

Ainda sobre o ser social, Lukács (2013, p. 303) acrescenta:

como todo ser vivo, o homem é por natureza um ser que responde: o entorno impõe condições, tarefas etc. à existência, à sua reprodução, e a atividade do

⁴ Em última análise, o trabalho é entendido na relação exclusiva do homem com a natureza.

ser vivo na preservação de si próprio e na da espécie se concentra em reagir adequadamente a elas (adequadamente às próprias necessidades da vida no sentido mais amplo). (LUKÁCS, 2013, p. 303).

Desse modo, o homem-social se distingue do todo da natureza não por responder ou reagir à natureza, mas, principalmente, por responder e reagir de forma consciente, transformando a causalidade em causalidade posta e, assim, submetendo a natureza às suas necessidades. Portanto, o ser social, à medida que responde em sua práxis às necessidades impostas, promove o surgimento de novas perguntas que, pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, não mais se originam na natureza, mas no mundo meramente social.

Diante do processo de reprodução social, surgem dois elementos centrais: o *indivíduo*, com sua singularidade. e a *totalidade* da sociedade à qual ele pertence.

Para Lessa (2007),

a processualidade social global, no seu próprio movimento concreto, cotidiano, coloca o gênero humano diante de alternativas que o forçam a escolher entre as necessidades, interesses e valores humano-genéricos e as necessidades, interesses e valores apenas particulares. Nas sociedades de classes, normalmente essas opções se colocam sob a forma do predomínio do interesse de uma classe sobre os interesses da totalidade social. (LESSA, 2007, p. 112-113).

A partir da exposição do autor, compreende-se que os conflitos sociais, em sua essência, apresentam polos contraditórios entre os interesses de valores genéricos e valores particulares. Sobre a questão do conflito social e sua tensão entre o gênero e o particular, Lessa (2007) destaca ainda que:

com o desenvolvimento da sociabilidade e a consequente intensificação e extensão – tanto objetiva quanto subjetiva – dos conflitos entre os elementos genéricos e os particulares, surge a necessidade de mediações sociais que explicitem, tão nitidamente quanto possível, as necessidades genéricas que vão gradativamente se desenvolvendo. É necessário identificar as necessidades genéricas, plasmá-las em formas sociais que sejam visíveis nas mais diversas situações, para que se tornem de fato operantes na cotidianidade. Valores como justiça, igualdade, liberdade, etc. surgem a cada período histórico como expressões concretas, historicamente determinadas, das necessidades genérico-coletivas postas pelo desenvolvimento da sociabilidade. (LESSA, 2007, p. 114-115).

Os valores genéricos e particulares, enquanto ações puramente humano-sociais, têm na práxis sua possibilidade de existência, sendo, portanto, um processo histórico que pode ser

alterado. Nesse sentido, novas necessidades e novos conflitos se constituem ao longo do cotidiano humano.

Para Lessa (2007), com o passar do tempo, a alteração dos valores na constituição humano-genérica não alteraria a condição desses valores como elementos decisivos para a elevação da consciência do homem, haja vista tratar-se de valores contraditórios, como singular/universal e gênero/indivíduo. Assim, o processo contraditório, segundo ao autor (op. cit.), influenciaria de forma decisiva no reconhecimento das necessidades genéricas que surgem no processo histórico. O homem, agora como um ser social, necessita criar mediações que não estão diretamente relacionadas com a natureza, mas às situações sociais, nas relações entre os homens.

À medida que ocorre o afastamento das barreiras naturais, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, o processo de mediações entre os homens torna-se cada vez mais social. É nas relações entre os homens que complexos do tipo moral, justiça, direito e tradição se constituem. Assim, chega-se ao pôr teleológico de ordem secundária; neste, o objetivo maior passa a ser a consciência do homem ou dos agrupamentos de homens, no sentido de levar essas consciências a tornarem o pôr teleológico de um homem ou de um agrupamento de homens o pôr teleológico de todos os homens.

As classes sociais têm presença decisiva na construção dessa história, pela posição que ocupam na realidade concreta. Conforme ressaltado por Engels (1984), em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, quando o homem passa a ter posse da terra, deixa de ser nômade, cria a agricultura e domestica os animais, surge a família. Esse homem se diferencia de outros homens no processo de produção. Nesse momento, estão postos os processos de mediação meramente de ordem social.

O homem ou o agrupamento de homens, diferenciado na posição da produção, necessita promover na totalidade social o reconhecimento de suas necessidades particulares como algo comum a todos, tendo como foco a superação da dicotomia entre indivíduos e sociedade, garantindo, em última instância, sua dominação sobre os demais homens que não ocupam posições diferenciadas na produção. Nesse cenário, o direito, a moral, as tradições e os costumes irão se constituir na práxis humana, em termos de uma sociedade de classes, com a função de ordenação e regulação de uma classe sobre a outra.

Sobre isso, Lessa (2007) faz a seguinte consideração:

a necessidade social de tais mediações, segundo Lukács, é o fundamento ontológico da gênese e desenvolvimento de complexos como a tradição, a moral, os costumes, o direito e a ética. Cada um deles entre si tem como função social atuar no espaço aberto pela contraditoriedade entre o gênero e o particular, de modo a tornar reconhecíveis pelos homens (sempre em escala social) a forma e o conteúdo que, a cada momento, expressam essa contraditoriedade. E, assim o fazendo, permitem aos homens optar, de modo cada vez mais consciente, entre os valores que expressam as necessidades humano-genéricas e aquelas que exprimem os interesses apenas particulares de indivíduos ou grupos sociais. (LESSA, 2007, p. 115).

Assim, com o surgimento dos processos de mediações, como a moral, o direito, as tradições e os costumes atuando nos pores teleológicos concretos dos homens, há a validação do desenvolvimento de certa generalidade humana, possibilitando que o homem assuma como suas as necessidades genéricas postas no processo de socialização e favorecendo a formação de uma sociabilidade burguesa.

Lukács (2013) argumenta que:

todos os princípios ordenadores da sociedade anteriormente enunciados têm a função de, diante das aspirações dos homens singulares, conferir validade à sua socialidade, ao seu pertencimento ao gênero humano que vai surgindo no decorrer do desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2013, p. 351).

O desenvolvimento social decorre do desenvolvimento das forças produtivas, que geram novas necessidades e passam a ser meramente de ordem social. Com a constituição da sociedade em classes, dissolve-se a união imediata entre o interesse público e o interesse privado. A sociedade de classes começa a se constituir em classes de interesses opostos e antagônicos. Diante dessas distintas posições de funções dos indivíduos no processo de produção, surge o Estado no seio da sociedade civil como algo acima dos interesses de classes – regulador do bem-estar dos homens. Ao longo da história da humanidade, a sua organização social não de seu no interior dos moldes dos processos de dominação entre classes, como ocorreu nos modos de produção pré-capitalistas (escravista, asiático e feudal) e como ocorre no sistema capitalista. A origem das formações sociais é um processo extremamente antigo e se reporta aos tempos primitivos da humanidade.

Nas comunidades primitivas, a propriedade dos meios de produção era da tribo, da coletividade, da mesma forma que a apropriação dos produtos e das condições de produção. Isso se reflete na organização do processo produtivo, não necessitando do processo de hierarquização, já que então todos desempenhavam papéis relevantes na sociedade.

Engels (1984) observa que nesse cenário havia um baixo desenvolvimento das forças produtivas; portanto, a produção tinha um caráter rudimentar, que caracterizava a passagem do final da selvageria e início da barbárie. A organização social era marcada pela produção de produtos para a sobrevivência, e os indivíduos eram iguais do ponto de vista social.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, paralelamente a uma crescente complexidade social e a um maior domínio sobre a produção, as condições de produção passam a ser alteradas; com isto vai surgindo uma maior necessidade da divisão do trabalho – e agora não somente pelo sexo e idade, mas também entre o planejamento e a execução do trabalho. Essa situação começa a alterar a estrutura social na tribo. Alguns indivíduos passam a ser eleitos para coordenar e planejar o processo de produção; os indivíduos, que antes eram iguais, passam agora a ser diferentes no processo de produção, constituindo-se assim um processo de hierarquização e poder entre as classes sociais da tribo.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, a organização social, ou seja, as classes sociais vão sendo alteradas. No decorrer da história da humanidade, verificam-se várias outras formas de organização social, entre elas, a formação escravista, asiática, feudal e capitalista, todas marcadas por formação de classes sociais, marcadamente constituídas por relações de dominação e exploração. Na organização capitalista essa exploração não mais se dá pelo trabalho escravo ou servil, porém pelo trabalho assalariado e pela propriedade privada. Há nesse modo de produção duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, que são por natureza antagônicas.

O surgimento das classes sociais e seu desenvolvimento de caráter sumariamente antagônico imprimem à classe que domina a criação de mediações aparentemente externas a ela – mas só aparentemente. A classe dominante necessita criar instrumentos de mediação que promovam suas ideias e seus valores no plano universal.

Marx e Engels (2011) chamaram atenção para isso na obra *A ideologia alemã*:

as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos, aproximadamente ao mesmo tempo, os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes são as relações materiais dominantes aprendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 47).

O Estado, então, aparece em sua forma fenomênica, fazendo parte da vida das pessoas como algo da ordem natural que teria como função central regular a vida dos homens. Assim, o Estado teria um caráter externo à sociedade e estaria acima das classes sociais, constituindo-se num espaço da neutralidade.

2.5 A GÊNESE DO ESTADO A PARTIR DE ENGELS

Segundo Engels e Marx (2011), na sua obra *A ideologia Alemã*, o Estado da forma como se conhece hoje não foi um complexo presente em todos os momentos da história da humanidade, pois já existiram sociedades que não conheceram o Estado, este complexo de regulação e manutenção das relações de dominação.

Engels (1995), em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirmou que as sociedades ditas primitivas não conheceram o complexo do Estado; sua organização social era estruturada nos parâmetros do comunismo primitivo, no qual os indivíduos eram iguais nas relações sociais e o trabalho servia basicamente para o processo de subsistência. Assim, na estrutura social da sociedade comunista primitiva, não existia a ideia de posse, a propriedade privada e a hierarquização entre os homens no processo produtivo. Contudo, mesmo que de forma primitiva, isto não significava a inexistência de certas regras para o ordenamento social. Lukács (2013) ressalta que nesse tempo, na ação do trabalho os homens, mesmo que de forma muito primária, já estabeleciam uma certa cooperação e uma certa divisão das atividades no trabalho sem, com isso, constituir elementos de exploração entre os indivíduos, pois o trabalho se dava pela produção comum a todos, pela subsistência. Segundo Engels (1995), não se poderia falar nesse momento do Estado, pois ele ainda não existia, apesar das normas de regulação social que havia nesse período da história da humanidade.

Para muitos historiadores, esse período da história da humanidade é conhecido como idade das trevas, e tinha na comunidade gentílica sua forma social. Para Engels (1995), é a partir do processo de dissolução da sociedade do tipo comunista primitiva que surgirá o Estado como resultado dos antagonismos de classes.

Engels (1995), analisando essa questão, escreve o seguinte:

(...) Chegamos aos umbrais da civilização, que se inicia por outro progresso na divisão do trabalho. No período inferior, os homens produziam somente para as suas necessidades diretas; as trocas reduziam-se a casos isolados e tinham por objeto os excedentes obtidos por acaso. Na fase média da barbárie já nos defrontamos com uma propriedade em forma de gado, entre

os povos pastores, e, quando os rebanhos são grandes, com uma produção com excedente regular sobre o consumo próprio; ao mesmo tempo, verificamos uma divisão do trabalho entre os povos pastores e as tribos mais atrasadas, que não tinham rebanhos; e daí dois diferentes graus de produção coexistindo, o que implica condições para uma certa regularidade de troca. A fase superior à barbárie nos traz uma divisão ainda maior do trabalho: a divisão entre agricultura e artesanato; e daí a produção cada vez maior de objetos fabricados diretamente para a troca, e a elevação da troca entre produtores individuais à categoria de necessidade vital da sociedade. A civilização consolida e aumenta todas essas divisões do trabalho já existentes, acentuando, sobretudo, o contraste entre a cidade e o campo (contraste que permitiu à cidade dominar economicamente o campo – como na Antiguidade – ou ao campo dominar economicamente a cidade, como na Idade Média), e acrescenta uma terceira divisão do trabalho, peculiar a ela e de importância primacial, criando uma classe que não se ocupa da produção e sim, exclusivamente, da troca dos produtos: os comerciantes. (ENGELS, 1995, p. 185-186).

Nessa fase da história dos homens, vai se constituir uma classe nova. Essa nova classe, apesar de não fazer parte da produção, passa a tomar para si a direção da produção, ou seja, a produção passa a ser dominada por uma classe em detrimento de outra. Ocorrem, portanto, novas formas de regulação e organização social, a partir de como o trabalho passa a ser pensado e organizado.

Ainda na esteira de Engels (1995), já se coloca aí uma classe que passa a ocupar a posição de “proveitadores”, de “verdadeiros parasitas”, que, em decorrência desta posição, passam a acumular riqueza e influência social. Assim se chega a um momento da história em que a sociedade passa a viver sob o antagonismo de classes. Tais caminhos começam a preparar o terreno para o surgimento de uma nova ordem, a ordem estatal.

As contradições da sociedade e a divisão do trabalho forçam a necessidade da presença de uma “força estatal”; essa força estatal não se constitui fora ou acima da sociedade, mas nas entranhas da sociedade civil, que, para Marx (2012), é uma estrutura de ordem econômica e não política. Política é o que vai caracterizar essa nova ordem estatal que prenuncia sua existência.

Assim, conforme explica Engels (1995), acabava de surgir uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, se divide em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham de ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente acima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos entre estas e só permitisse a luta de classe no campo

econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco, tendo sido destruído pela divisão do trabalho e substituído pelo Estado.

Assim, o Estado surge como um complexo que se constitui a partir das necessidades da sociedade civil, que é a base econômica, e que necessitava promover a regulação da sociedade e a legalização das relações de exploração entre as classes sociais. A configuração do Estado não se deu mediante uma estrutura jurídico-política separada do restante da sociedade; não ocorreu, segundo Mascaro (2013, p. 17), “uma separação entre aqueles que dominavam economicamente e aqueles que dominavam politicamente: de modo geral, eram as mesmas classes, senhores de escravos, senhores feudais que controlavam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades”.

A apreensão da gênese do Estado a partir de Engels (1995) leva à identificação dos modos de produção que tornaram possível a estruturação do Estado. Este debate coloca a necessidade de esclarecer o que é modo de produção. O conceito modo de produção designa a maneira pela qual determinada sociedade se organiza com o objetivo de garantir a produção de suas necessidades materiais, que se acham atreladas às condições objetivas das forças produtivas, ou seja, às condições de desenvolvimento.

O modo de produção permite compreender como uma determinada sociedade se organiza para produzir seus bens, como utiliza esses bens e como promove sua distribuição. O primeiro modo de produção que se constituiu foi o modo de produção primitivo ou comunal, característico dos primeiros grupos de homens que habitaram a Terra. Nesse modo de produção, o trabalho é uma atividade comunal, todos trabalham em função de todos, os meios de produção (ferramentas, utensílios, armas) são frutos do trabalho; portanto, tudo era repartido entre todos, pois não existia a propriedade privada, a posse ou a diferença entre os homens; as relações de produção estavam baseadas na ajuda entre todos. Nesse modo de produção não existia o Estado.

Além do modo de produção primitivo, existiu o modo de produção asiático ou sociedades hidráulicas, no Egito, na China e na Índia. Diferentemente do modo de produção primitivo, o modo de produção asiático já conheceu o Estado, em decorrência dos meios de organização e de dominação que se instituíram com a presença do poder dos imperadores, reis e faraós. Nesse modo de produção, a agricultura era a base econômica e o Estado apropriava-se de parte do que era produzido. A organização social dava-se por camponeses que estavam presos à terra e não poderiam abandoná-la, já que estavam submetidos a um regime de servidão. As terras onde ocorriam as práticas da agricultura pertenciam ao Estado. Os

governos deste período histórico tinham um caráter teocrático, no qual Deus é encarado como o único soberano e as leis eram vistas como divinas. Grande parte da população era analfabeta, e o saber estava nas mãos dos escribas, sacerdotes e governantes, que tinham a sabedoria, e, portanto, poderiam decifrar a vontade dos deuses. O Estado comercializava o excedente e distribuía o restante entre as classes abastadas. Os trabalhadores (servos e escravos), no período de entressafra, eram obrigados a construir as obras públicas; portanto, a servidão era uma forma de pagamento aos detentores do poder, para que se pudesse usar a terra e plantar.

No modo de produção escravista, os meios de produção (terras e os instrumentos de produção) e os escravos eram de propriedade dos senhores. Os escravos eram meros objetos e instrumentos. Os países que mais desenvolveram esse modo de produção foram a Grécia e a Itália. As relações de produção eram relações de total domínio sobre os escravos; os senhores eram donos da força de trabalho (escravos) e dos meios de produção (terra, gado, instrumentos de produção); o Estado era o elemento regulador deste tipo de organização escravocrata.

O modo de produção feudal se constituía pelos senhores feudais e pelos servos. Diferentemente do modelo escravista, estes não eram propriedade do senhor feudal; serviam aos senhores feudais como moeda de troca, a fim de utilizar as terras para as práticas agrícolas. Do que produziam, boa parte era entregue ao senhor feudal, como forma de pagamento pelo uso da terra, pela comida e pela casa em que moravam. O poder era descentralizado e cada feudo tinha suas próprias leis; a economia era agrícola, a terra representava o poder e a riqueza; a produção destinava-se basicamente para a subsistência, ou seja, produziam o que era necessário para a sobrevivência. A sociedade feudal era organizada em três estamentos: nobreza, clero e servos. O Estado era o próprio senhor feudal, visto que cada feudo era autônomo, definindo suas leis e regulamentos. Os Estados eram absolutistas.

Com a crise do sistema feudal, que por sua estrutura econômica e social começou a obstar o desenvolvimento econômico, surge no seio do sistema feudal o modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista, diferentemente do sistema feudal, vai romper com o trabalho servil. É um sistema socioeconômico onde os meios de produção e o capital são de propriedade dos burgueses. Com o modo de produção capitalista aparecem duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Um elemento central na dinâmica do modo de produção capitalista é o trabalho assalariado. No capitalismo, a produção é essencialmente voltada para a obtenção do lucro, com base na exploração da classe proletária, que pelas

condições impostas, é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver; o trabalhador já não mais detém as ferramentas, perdendo com isso o controle sobre seu próprio trabalho. Outra característica do capitalismo é ter um modo de produção marcado por crises. No modo de produção capitalista, o Estado tem a função de regular e controlar a sociedade, promover e garantir a propriedade privada e o trabalho assalariado, sendo por natureza classista.

O modo de produção comunista, estudado por Marx e Engels, seria o último estágio de desenvolvimento da história da humanidade. Nesta sociedade, não existiriam mais as relações de dominados e dominantes, pois as classes deixariam de existir. O trabalho é o trabalho associado; este, segundo Tonet (2007), apresenta quatro elementos que caracterizam a sua natureza, a saber: a liberdade, a consciência, a coletividade e a universalidade. É uma forma de intercâmbio entre o homem e a natureza realizada não por homens explorados, mas sim por homens marcados pela liberdade, sendo indivíduos livres e partindo das necessidades meramente humanas, em que decidem o que e como produzir, e como será efetivada a distribuição do que foi produzido, a saber, o fruto de sua atividade. O trabalho é fundado no valor de uso e não no valor de troca, como ocorre no modo de produção capitalista. Os homens, sendo livres, têm consciência de seus objetivos, não tendo por trás alguma ação oculta, como ocorre no sistema capitalista.

O homem é coletivo, seu trabalho deixa de ser individual e privado, e por fim é universal. Tais condições seriam promovedoras das transformações revolucionárias. Para se construir uma sociedade comunista, o primeiro ponto a ser radicalmente alterado é o trabalho, pois ocorrendo a ruptura com o trabalho assalariado, toda a base material é radicalmente mudada. Assim, sendo o trabalho uma das bases do capital, na sociedade comunista o Estado deixa de existir, já que não mais existe a propriedade privada nem as classes sociais.

Na sociedade burguesa, faz-se necessária a separação do Estado, da política e do direito, como complexos autônomos das bases materiais, não tendo, nesse sentido, relação direta com mediações para a proteção, regulação e reprodução do capital e de sua sociabilidade. Não se pode discutir o Estado, a política e o direito fora de uma sociedade marcada pelos antagonismos de classes, pois estes complexos servem ao capital e à sua manutenção. Tonet (2004) afirma que sendo o Estado um instrumento de reprodução do capital e de determinadas relações sociais, ele não pode, em hipótese alguma, resolver os problemas sociais, uma vez que faz parte da base material do capital.

Marx e Engels (2011) assim discorreram sobre o processo de legitimação da classe dominante:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; à medida que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2011, p. 47).

Nessa citação fica evidente que a burguesia necessita produzir todos os valores e mediações para a perpetuação do seu domínio. Não basta apenas o domínio da base material; faz-se necessário que os pores teleológicos universais sejam os pores teleológicos do cotidiano das pessoas e, assim, reproduzam os valores da sociabilidade burguesa, visando ao fortalecimento do modo de produção capitalista (MPC).

Partindo do pressuposto do desenvolvimento das forças produtivas, os processos de mediações afastam as barreiras naturais. Essas mediações tornam-se sociais, tendo como objetivo dos pores teleológicos a operação não mais sobre o processo de transformação da natureza, mas no nível da consciência, ou seja, da subjetividade.

Conforme Lukács (2013):

na investigação da esfera econômica, é preciso tomar como ponto de partida, portanto, que estamos tratando de um complexo social de legalidade objetiva, em que cada um dos “elementos” – por sua essência ontológica, igualmente complexos – determina a dinâmica do respectivo pôr teleológico, cuja totalidade gera a reprodução do ser social. Já expusemos que a unidade desse processo em sua totalidade, como tudo no âmbito do ser social, possui caráter histórico. Igualmente já expusemos o fato de que no decorrer de tal processo histórico no âmbito da economia, as categorias, os complexos, os processos singulares que compõem a totalidade de cada formação adquirem um caráter cada vez mais social. O “afastamento da barreira natural” não só altera o conteúdo e o modo de atuação dos pores teleológicos singulares, mas, além disso, também traz à luz um processo que cria, entre eles, vínculos cada vez mais íntimos, mais complexos, mais mediados. Sabemos que o capitalismo é o primeiro a levar a efeito uma esfera econômica em que cada ato reprodutivo singular, mediado em menor ou maior extensão, exerce certa influência sobre cada um dos demais. (LUKÁCS, 2013, p. 360-361).

Os homens, como seres respondentes de suas necessidades cotidianas, concretizam escolhas que se constroem individualmente, ao tempo que promovem também a totalidade social. Cabe ressaltar que esses atos singulares dos homens ocorrem sempre em situações concretas.

À medida que os homens concretos em situações concretas se distanciam uns dos outros na posição que cada um ocupa na produção, restam concretamente estabelecidas as

diferenças de classes. Essas diferenças de classes têm como base central a base material, isto é, a economia.

Nesse momento, está-se diante de dois polos da reprodução social: um *particular* e outro *genérico*. Assim, chega-se ao fim da sociedade primitiva, pois finda a união imediata entre o interesse público e o privado, a partir das novas necessidades que são colocadas aos homens.

Na busca de legitimar os pores teleológicos dominantes, a burguesia utiliza-se de todo o seu poder, tanto econômico como espiritual, para levar a cabo a adoção do seu pôr teleológico como universal. Assim, o *particular* torna-se *genérico*, garantindo a reprodução do capital e da sociabilidade burguesa. Nesse cenário, o Estado apresenta-se como complexo de grande importância para o plano da classe dominante.

Lessa (2007) esclarece:

a emergência das classes assinalou uma mudança qualitativa na processualidade social: os conflitos se tornam antagônicos. Por isso, diferentemente das sociedades sem classes, aquelas mais evoluídas necessitam de uma regulamentação especificamente jurídica dos conflitos sociais para que estes não acabem por implodi-las. (LESSA, 2007, p. 99).

Portanto, a mediação política está atrelada à dominação de classes, com foco na regulação e no controle social, buscando harmonizar as contradições produzidas na sociedade capitalista. Conforme Lukács (2013):

visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põe. Nesses casos, o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disponível a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado. (LUKÁCS, 2013, p. 358).

Portanto, o Estado, a política e o direito não aparecem como instrumentos de reprodução do capital, mas como instrumentos de ordenação, de regulação e de promoção do bem-estar de todos, independentemente das classes sociais, uma vez que seria uma instância sobre as classes. Porém, essa condição não passa de mera aparência, porquanto o Estado e a esfera da política e do direito estão a serviço da reprodução e da opressão de uma classe sobre outra. Assim, o Estado e o complexo da economia apresentam-se aos homens como forças naturais e necessárias, superiores e insuperáveis, não restando alternativa que não seja a submissão voluntária.

Diante do exposto, fica evidente que a dominação estatal coloca a questão da ideologia como um dos elementos fundamentais para o processo de reprodução do capital. O Estado, assim como o direito e a política, tem sua origem na economia e no âmbito meramente social. Portanto, o domínio estatal torna-se possível mediante um processo de reflexo ideológico que as funções econômicas e sociais projetam na consciência e nos sentimentos dos homens envolvidos no campo das lutas de classes. Porém, dado o recorte desta pesquisa, não se adentrará no campo da ideologia, até porque não é este o objeto do presente estudo⁵.

Enquanto os homens, nos estágios mais primitivos, buscavam vencer as condições brutais impostas pela natureza (como se defender de animais, por exemplo), já se colocavam, ainda que de forma rudimentar, a cooperação, a divisão do trabalho e o pôr teleológico de segunda ordem, objetivando que estes tivessem papel ou função em determinada atividade, como, por exemplo, a caça.

Assim, ontologicamente, a cooperação, a divisão do trabalho e os pores teleológicos de segunda ordem fazem parte da práxis dos homens, pois constituem parte das necessidades do próprio trabalho. As classes sociais aparecem a partir da ruptura entre o particular e o universal.

Os homens que detêm os meios de produção e o poder econômico buscam manter-se no poder. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de pores teleológicos que atuem diretamente na consciência dos homens, não tendo mais como função a mera colaboração para vencer as forças da natureza, como nos tempos mais primitivos.

Com o surgimento das sociedades de classes, esses pores teleológicos de segunda ordem comparecem atrelados aos interesses de classes, atuando na consciência dos homens e promovendo a interiorização de determinada sociabilidade. Assim, o Estado, a política e o direito surgem como instrumentos de coerção da sociedade civil para garantir a propriedade privada, o trabalho assalariado e o próprio capital.

De acordo com Lukács (2013):

quando, como vimos, o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. (LUKÁCS, 2013, p. 105).

⁵ Para o aprofundamento das questões sobre ideologia, ver: SILVA, Renalvo Cavalcante. *Ideologia e educação na crise do capitalismo contemporâneo*. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2012.

À medida que o homem se torna cada vez mais social, afasta-se das barreiras naturais sem perder sua relação de dependência com a natureza. Constrói mediações que operam nas relações sociais marcadas pelas diferenças de classes, que visam legitimar a dominação das classes que detêm o poder econômico e espiritual. Assim, os complexos do Estado, da política e do direito cumprem papel fundamental na dinâmica do capital, pois, além de atuar como instrumentos de coerção, atuam também no campo das consciências dos homens, fazendo com que eles adotem atitudes concretas que atendam às necessidades do capital.

Lukács (2013) constata que no processo de influência e de indução das consciências ocorrem as barreiras para o surgimento de consciências críticas ou revolucionárias. Evidencia-se, assim, o papel que cumprem os pores teleológicos secundários ou de segunda ordem. Cumpre destacar que o mundo dos homens é efetivamente marcado pela história, portanto, pela possibilidade de ocorrência do contrário.

3 – A CRISE DO CAPITAL E O ESTADO

3.1 DAS CRISES CÍCLICAS À CRISE ESTRUTURAL DE MARX A MÉSZÁROS

O modo de produção capitalista é marcado pela propriedade privada, pela exploração do trabalhador e pela subordinação do trabalho ao capital, produzindo, em seu bojo, antagonismos de classes de caráter irreconciliável. O capital é caracterizado, então, por intensos processos de crises que são cada vez mais complexas e difíceis de ser resolvidas.

Segundo Mészáros (2007), o capital:

é um sistema insuperavelmente contraditório baseado no antagonismo social. É um sistema concorrencial, fundado na dominação estrutural do trabalho pelo capital. Portanto, há necessariamente todos os tipos de divisões seccionais. Essa condição de desigualdade e exploração do trabalho na produção da acumulação de capitais constitui, entre outros fatores, o desenvolvimento de uma crise que não pode ser mais considerada passageira, por se constituir nas estruturas do próprio capital. (MÉSZÁROS, 2007, p. 66).

Desse modo, o capital, em primeiro lugar, busca submeter tudo a sua lógica e a sua necessidade. Assim, as leis que regulam o modo de produção capitalista estão a serviço da geração de uma superacumulação de capital; esta tem como resultado a superprodução de mercadorias. Essa superprodução acarreta a queda da atividade econômica e o aumento do desemprego, além de estoques repletos de mercadorias. Essas condições geram obstáculos para o próprio processo do consumo.

Ainda sobre o caráter de crise que o sistema capitalista traz em seu bojo, Netto (2012) assinala:

a história, real concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção do capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. (NETTO, 2012, p. 169).

Diante desse cenário, constata-se que o modo de produção capitalista é, em sua essência, um modo de produção irreformável e instável, que necessita produzir mercadorias em caráter ilimitado.

Historicamente, percebe-se que o capital apresenta momentos de grande expansão e, portanto, de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, pode ter esse crescimento interrompido por profundos processos de depressão, gerando o caos com a falência das empresas, que provoca aumento do desemprego e impacta de forma direta o trabalhador, aumentando ainda mais sua miserabilidade.

Para Netto (2012):

a análise teórica e histórica do MPC (Modo de Produção Capitalista) comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existirá capitalismo sem crise. (NETTO, 2012, p. 169).

Um fato importante sobre as crises inerente ao capital é que estas apresentam características que as diferem, por exemplo, das crises na fase pré-capitalista, como demonstra Netto (2012) ao afirmar que:

as crises próprias do MPC são inteiramente diferentes. Se, na crise pré-capitalista, é a diminuição da força de trabalho (uma epidemia ceifando vidas de trabalhadores) que ocasiona a redução da produção, na crise capitalista ocorre exatamente o contrário: é a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho utilizada (ou seja, o desemprego) – o que numa é causa, noutra é efeito. E há, sobretudo, uma diferença essencial: a crise capitalista aparece inversamente à crise pré-capitalista, como uma superprodução de valores de uso – mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção. (NETTO, 2012, p. 171).

Uma vez que a mercadoria não pode ser vendida em decorrência da crise, o capitalista retrai a produção de mercadorias como estratégia para solucionar ou amenizar os efeitos dela. O modo de produção capitalista, em seu movimento, apresenta uma fórmula geral que explica bem a sua dinâmica em situações ou em momentos de crise.

A fórmula tem a seguinte expressão: $D - M - D$, sendo “D” = dinheiro, e “M” = mercadoria. Sabe-se que todo capitalista investe dinheiro em mercadoria com o objetivo de gerar mais dinheiro. Assim, a mercadoria só se constitui como tal quando gera para o capitalista, “dinheiro”. Em tempos de crise, a mercadoria apresenta problemas de circulação,

o que causa interrupção no processo de reprodução do capital, ficando suspensa sua reprodução. Nesse caso, o processo de acumulação não ocorre e o capital não é ampliado.

O objetivo central do capital é sempre obter uma maior apropriação do volume do trabalho excedente (força de trabalho), gerando a mais-valia, num processo interminável que garanta a apropriação do excedente em caráter crescente, ampliando, cada vez mais, o processo de acumulação.

A partir da condição exposta, Marx (2012) esclarece o processo de produção da mais-valia:

o produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um dedicado progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro ao mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, mas também valor excedente (mais-valia). (MARX, 2012, p. 220).

O capital, em seu processo incontrolável de expansão e produção, busca produzir mercadoria no menor tempo de trabalho possível, visando ao baixo valor de mercado, o que, em última instância, permitirá ao capitalista ter um ganho acima do valor da mercadoria.

Enquanto o capital necessita gerar cada vez mais a produção e o consumo para obter mais lucro e expansão, ocorre um processo de superprodução. Essa situação pode promover o retardamento do retorno dos capitais ao capitalista, forçando a queda dos preços. Assim, com a estagnação da produção, o capital aplicado pelo capitalista na compra dos maquinários se torna ocioso, tendo como consequência a contração do crédito, porquanto o capital fica estagnado em uma de suas fases de reprodução.

A crise que se instala no capital pode se dar em decorrência direta da queda do processo de compra e venda, gerando grande quantidade de mercadorias nos estoques. Dessa forma, o capitalista, na busca de contrapor-se à lei da tendência da queda da taxa de lucros, adota as seguintes alternativas: ampliar ao máximo a exploração do trabalhador, prolongando a sua jornada de trabalho, e promover a inovação da tecnologia para uma maior extração da

mais-valia. Além dessas medidas, pode também adotar a redução salarial e o processo de demissão em massa. Nesse cenário, está-se diante de uma crise do capital.

Para Marx (2012), a crise do capital ocorre em decorrência da interrupção do processo de reprodução do capital. Se a lógica do capital é produzir cada vez mais-valor, à medida que ocorre uma nova crise, dá-se uma interrupção na produção deste valor. Por isso, Marx (2012) considera as crises cíclicas uma ameaça ao próprio sistema.

Para Marx (2012), o capitalismo é um modo de produção que traz em seu cerne elementos de sua autodestrutividade, por não ter um controle racional. Ainda sobre a questão das crises cíclicas do modo de produção capitalista, Marx (2012) aponta a superprodução como elemento basilar. Nesse sentido, as crises cíclicas de superprodução teriam quatro fases, a saber: a crise, a depressão, a retomada e o auge. Essas fases estariam o tempo todo a se repetir na economia capitalista.

As crises surgem geralmente quando a oferta é maior que a procura, o que acarreta efeitos negativos ao capital. O capital é marcado por antagonismos e exploração do trabalho, portanto, é um modo de produção caracterizado por intensas contradições. Essas contradições são elementos constitutivos da geração das crises do sistema, conforme Netto (2012).

Assim, a crise como elemento constitutivo do capital pode ocorrer a qualquer tempo, sendo necessário apenas algum tipo de detonador. Este pode ser de ordem econômica ou política, como a quebra de um banco ou conflitos como as guerras, que podem reduzir a circulação das mercadorias. A não circulação de mercadorias equivale a estoque abarrotado e prejuízo para o capitalista, que vê seu processo de acumulação ameaçado.

Além disso, a não circulação de mercadorias provoca a queda dos preços, a baixa nos salários dos trabalhadores e as demissões em massa, uma vez que a produção é reduzida. Essa situação está ocorrendo no corrente ano com as indústrias automobilísticas brasileiras, que estão com seus pátios lotados de automóveis não vendidos. Algumas das estratégias adotadas pelas montadoras foram: redução da jornada de trabalho, férias coletivas e dispensa temporária de trabalhadores.

Após a crise, surge outra fase: a depressão; esta se caracteriza pelo desemprego e por baixos salários. A produção permanece em processo de estagnação, e os estoques cheios de mercadorias, por não se ter efetivado o ciclo de compra e venda em suas condições “naturais” para a produção da acumulação. Ao capitalista impõe-se a necessidade de dar destino aos estoques abarrotados, que pode ocorrer, segundo Netto (2012, p. 172), mediante a destruição das mercadorias ou com as vendas abaixo do preço usualmente praticado.

Porém, o capital apresenta um processo de metamorfose de grande poder, usando as crises como forma de instituir novas possibilidades de regulação e de manutenção. Em tempos de crise, as empresas ou as indústrias que sobrevivem adotam um processo de inovação com a aplicação de novos aparatos tecnológicos para dar continuidade à produção, mesmo com vendas abaixo do preço, visando apoderar-se cada vez mais dos mercados e das fontes das matérias-primas. Isso resulta em ganho de competitividade em relação aos outros capitalistas. Essa condição colabora para a criação e o fomento da produção.

A partir daí, inicia-se a fase da retomada do crescimento. As indústrias que sobreviveram com a implantação do aparato tecnológico começam o ciclo da produção em escala cada vez maior. Nesse cenário, o comércio reaquece as vendas, o desemprego diminui e há a retomada da produção.

Após a retomada do crescimento, o capital entra na quarta fase, chamada de auge. Nessa situação, os capitalistas buscam investir em seus negócios, tendo como foco a ampliação de sua produção e de suas linhas de mercadorias. Do ponto de vista do capital, esse procedimento é sempre incontrollável. Cada capitalista, de forma privada e individual, tem a mesma atitude: produzir cada vez mais. Portanto, na fase do auge, a economia em pleno desenvolvimento possibilita a retomada do processo de acumulação e a “prosperidade” passa a fluir. Entretanto, como o capital é um sistema instável, a situação de “prosperidade” só permanece até o momento do surgimento de um novo detonador, quando há o reinício do ciclo.

Sobre as crises e os ciclos econômicos no MPC, Netto (2012, p. 173) ressalta que “as crises capitalistas, demarcando os ciclos econômicos, não têm uma única causa: elas são resultado da dinâmica contraditória do MPC – as múltiplas contradições que constituem o MPC convergem nas crises”.

Segundo Netto (2012), entre as múltiplas contradições que constituem a crise do MPC há o processo de anarquia da produção, que se caracteriza por uma falta de planejamento do ponto de vista global, tendo o planejamento, o controle e a organização sempre do ponto de vista das unidades individuais de produção. Como consequência, o mercado é novamente arrebatado por uma quantidade infinita de produtos incertos quanto à sua circulação. Outro dado importante é a queda da taxa de lucros, que decorre de uma intensa concorrência entre os capitalistas, uma vez que todos têm o mesmo objetivo: a obtenção de mais lucro. Para isso, os capitalistas necessitam produzir e trocar mercadorias.

Sobre a queda da taxa de lucros, Netto (2012) faz a seguinte observação:

à medida que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo, imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas. (NETTO, 2012, p. 166).

Além da anarquia da produção e da queda da taxa de lucros, outro fator importante nos ciclos econômicos é o pouco poder de consumo da classe trabalhadora. À medida que o mercado é abarrotado pelo excesso de mercadoria, que cresce de forma incontrolável, o mesmo não ocorre com o poder de consumo da classe trabalhadora, que não tem seu poder de compra ampliado.

As crises do MPC surgem dos conflitos entre as condições de ocorrência da produção, a lógica da expansão do valor e a realização de todo o valor criado. Esse processo está presente de forma cíclica, promovendo a interrupção da acumulação de capitais. Assim, o capital produz barreiras que restringem a própria possibilidade crescente de realizar o acúmulo de capitais.

O capital, ao longo de sua história, demonstrou sua instabilidade, mas também se pode observar a capacidade de “regeneração” do sistema mediante as crises. A partir de Marx (2012), pode-se afirmar que o MPC apresenta duas grandes premissas que resultam em crises. A primeira premissa é efetivamente a concorrência entre os indivíduos capitalistas, que lançam o tempo todo no mercado uma quantidade infinita de mercadorias: a superprodução. Com a superprodução as mercadorias não conseguem escoamento, gerando uma relevante diminuição dos lucros dos capitalistas, o que acarreta a retração da produção, com consequências danosas para a classe trabalhadora.

A segunda premissa para a qual Marx (2012) chama atenção é que o MPC não está voltado para atender às necessidades humanas, mas para satisfazer os lucros dos proprietários. O capital é um sistema extremamente desumano e altamente destrutivo, já que tem como único objetivo a produção da mais-valia, não importando se isso poderá levar ou não ao fim da própria humanidade.

Sobre a questão da crise estrutural do capital, Mészáros (2007) esclarece:

vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade,

exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 2007, p. 54).

A crise estrutural do capital se diferencia das crises cíclicas por ter um caráter universal e não mais localizado. Portanto, apresenta um alcance global. Um exemplo foi a crise imobiliária e a quebra de alguns bancos e de duas das maiores empresas hipotecárias, a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, além da falência da maior empresa de seguros do mundo, a *AIG*, ocorrida nos Estados Unidos, em 2008. Essa crise teve proporções globais. Uma crise desse porte não desaparece em curto prazo de tempo. O mundo sofre suas consequências até os dias atuais. Assim, uma crise estrutural pode ocorrer em uma escala de tempo extensa, e mesmo ser permanente.

Ainda sobre a crise estrutural do capital, Mézáros (2007) assevera que esse tipo de crise é a real possibilidade do encontro do capital enquanto sistema com seus limites intrínsecos. O que fica claro na perspectiva do autor (op. cit.) é que o capital possui caráter incontrolável e universal e não reconhece limites; seu objetivo central é sua expansão. Nesse sentido, o capital tem a necessidade inalienável de autorreprodução.

Sendo o capital um sistema marcado por uma produção sem limites de mercadoria, faz-se necessário subordinar as necessidades humanas à reprodução de valor de troca. Sobre essa questão, Mézáros (2011) afirma:

a grande expansão do sistema do capital foi possibilitar em primeiro lugar o avanço progressivo de um sistema de dominação incontestável do valor de uso pelo valor de troca, por meio do qual a relação universal de valor tornou-se o princípio operante dinâmico assegurador da expansão da reprodução societal sob o domínio da produção generalizada de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011, p. 175).

Portanto, a categoria valor tem uma importância fundamental para entender como se deu a universalidade do capital, na medida em que subverte o valor de uso ao valor de troca. Primeiro deve-se entender que a mercadoria tem propriedades materiais que satisfaz as necessidades humanas. Portanto, o valor em questão está relacionado à utilidade da mercadoria, ou seja, ao valor de uso. Porém, a mesma mercadoria pode ser trocada por outra; dá-se então o valor de troca.

Dessa forma, a mercadoria apresenta dois tipos de valores: o valor de uso e o valor de troca. Porém, na perspectiva da sociedade do capital, uma mercadoria deve atender às necessidades humanas, entretanto, se não tiver a capacidade de troca, não pode ser levada ao

mercado. Assim, a mercadoria deve ter um reconhecimento do seu valor de uso para que um comprador possa trocá-la. O valor de uso é condição para a ocorrência da troca.

Mészáros (2002, p. 606) aduz que “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início”.

A subordinação do valor de uso ao valor de troca estabeleceu uma mudança radical na forma de organização societal em relação às sociedades anteriores. Mészáros (2002) afirma:

para tornar a produção de riqueza à finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e, portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela. (MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

Evidencia-se no percurso histórico da humanidade, com a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso, que o trabalho como produtor da riqueza é efetivamente alterado no que tange à sua organização e sua divisão social, no caso da sociedade capitalista.

Em uma sociedade onde prevalece o valor de troca, o trabalho passa a ser determinado não mais pelas necessidades humanas, mas pela produção mercantil, em que tudo passa a ser subordinado ao capital. O homem não é mais que uma simples mercadoria, não tendo nem a propriedade resultante de seu trabalho; ou seja, o seu próprio trabalho não lhe pertence, pois é propriedade do capitalista.

Mészáros (2002) chama atenção sobre um ponto fundamental:

certamente, as correlações naturais originais não podem ser recriadas em um estágio muito mais avançado do desenvolvimento social. Pois todo o sistema de necessidades humanas, junto com suas condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 608).

Ao tempo que Mészáros (2002) ressalta as transformações históricas produzidas pela humanidade, coloca a possibilidade de uma nova transformação histórica que permitirá o resgate das condições humanas perdidas com a subordinação das necessidades humanas ao imperativo do capital.

O resgate das necessidades humanas não passa por um processo de desenvolvimento tecnológico ou científico, mas por uma necessidade social, que deverá exigir de todos os homens uma consciência e uma práxis que reverta a lógica estabelecida pelo sistema vigente. É evidente que essa condição não é possível fora da práxis.

Ao longo da história, a classe operária/proletária – que é efetivamente a classe que produz toda a riqueza – tem acumulado vasta experiência, que poderá permitir aos trabalhadores ocupar definitivamente a posição de classe historicamente revolucionária. Porém, a história tem demonstrado que, do ponto de vista do capital, para se ter possibilidade concreta de constituição de ruptura, não se pode crer que ao ganhar uma batalha se vence um inimigo tão maléfico como o MPC.

A ruptura só pode ocorrer numa situação que tenha proporções globais, em que o MPC não consiga dominar. Em outras palavras, a ação socialista deve ocorrer globalmente, e não localmente, pois as condições objetivas estão postas. O MPC não mais consegue resolver seus problemas como em tempos atrás. Cada vez mais, as possibilidades históricas vão se abrindo. Sabe-se, pela própria história dos homens, que o MPC é extremamente eficaz quando se trata de defesa do sistema. Nesse sentido, como afirmou Marx (2010), as contradições estão postas na objetividade, mas é necessária uma coincidência com o pensamento para que uma possibilidade concreta de mudança possa efetivamente ocorrer.

De acordo com Mészáros (2002):

desse modo, devemos ter em mente que as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que, ingênua ou assustadoramente, ignora as exigências de um adequado domínio do homem sobre suas condições humano-socialmente viáveis sobre as forças da natureza. Ao mesmo tempo, deve ser lembrado que a crítica socialista das contradições do capital não pode ser formulada da perspectiva e em termos de limitar o processo metabólico às formações socioeconômicas passadas. Pois, comparadas aos dinamismos do capital, que tende desde o seu início para sua dominação e sua articulação globais, são suficientemente claras as limitações estruturais das formas anteriores de produção – o que as exclui com base nas suas inabilidades para atender às exigências socialistas de prover a cada um de acordo com a sua necessidade. (MÉSZÁROS, 2002, p. 609).

Assim, chegamos a um tempo histórico onde o sistema de metabolismo do capital está começando a dar sinais de esgotamento, não conseguindo transpor os limites das barreiras. Em outras palavras, o MPC começa a perder a resistência contra as forças desagregadoras produzidas pelo próprio sistema, o que o coloca em rota de colisão.

Mészáros (2002) situou o aparecimento da crise estrutural do capital no século XX, ante os acontecimentos sociais, econômicos e políticos. Quando se aborda a problemática das crises cíclicas, constata-se que havia uma intensidade e uma variação em sua ocorrência; entretanto, não chegava a comprometer o sistema em sua totalidade e o capital conseguia, de alguma forma, resolvê-la. Porém, uma crise de ordem estrutural como a que está a ocorrer em nossos dias afeta o sistema em sua totalidade. Sobre as crises, Mészáros (2002, p. 797) argumenta que “diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”.

Ainda sobre as diferenças básicas entre as crises cíclicas e a crise estrutural, pode-se destacar que na primeira os limites são de ordem imediata, enquanto na segunda os limites são os últimos da estrutura global do MPC.

Em termos de limites imediatos, Mészáros (2002) esclarece que, em primeiro lugar, ocorre alguma alteração em uma parte do complexo que se encontra em crise, portanto, uma mudança geral do sistema aos quais os subcomplexos particulares pertencem e, por último, uma alteração na relação do complexo global com os outros complexos.

Quando Mészáros (2002) se refere à crise estrutural do ponto de vista dos últimos limites, o autor (op. cit.) está se referindo à estrutura vital do capital, que vem a ser de três dimensões: produção, consumo e circulação/distribuição/realização.

Na obra *Para Além do Capital*, Mészáros (2002, p. 798) afirma que “realmente, não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de auto-expansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando”. Assim, a crise de caráter estrutural do capital está localizada dentro das três dimensões vitais do MPC, compreendendo que as três se constituem como conexões.

Ainda sobre as três dimensões vitais do capital, todas apresentam limitações absolutas. Mészáros (2002) explicita que:

a crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Cumpra observar que o MPC não é apenas um sistema econômico. Nos tempos atuais, é um sistema que domina a ordem social e, como tal, tem na figura dos capitalistas os grandes ganhadores. Segundo Mészáros (2002, p. 800), “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente”.

Nesse sentido, a condição dada pelo capital ao ser humano é de mera coisa que, quando necessária, deve ser utilizada para produzir a riqueza que é apropriada pelos capitalistas, que se apropriam da vida do trabalhador como uma mera mercadoria. Esta, quando não tem utilidade, deve ser descartada, pois, para o capital, uma mercadoria só tem sentido se possibilitar a troca.

Esse fato também revela algo sobre a dinâmica do capital. Em primeiro lugar, que o capitalista enxerga o trabalhador como uma mercadoria que, como tal, tem valor de uso, e que a produção da riqueza do capitalista, pela via mais brutal, é a exploração e a apropriação do trabalhador.

Sobre essa questão, Mészáros (2002) esclarece:

seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal “solução final” é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

O capital é um sistema marcado pela incontrollabilidade e, nesse sentido, é um modo de produção irreformável. Sua lógica central é marcada pela necessidade da expansão sempre na busca da mais-valia, não importando o preço a ser pago para a produção da riqueza. Para a produção dessa riqueza se faz necessária a constituição do trabalho assalariado ou a exploração de homens proprietários sobre homens não proprietários. O trabalhador é importante por ter um valor de uso que, quando explorada pelo capitalista, faz nascer o excedente, que é a grande base para o lucro.

O capitalista não apenas necessita do trabalhador como valor de uso, produzindo o excedente. Necessita, também, que o trabalhador se torne consumidor para dar continuidade ao ciclo da produção da riqueza. Porém, o poder de consumo do trabalhador é sempre de ordem inferior, não podendo ter acesso em grande parte dos casos ao que ele mesmo produz.

No mundo do capital, marcado sempre pelo processo da contradição, o trabalhador é visto como mercadoria, que pelo seu trabalho, produz para o capitalista o lucro; mas, ao mesmo tempo, é para o capitalista uma fonte de custos que as indústrias buscam sempre reduzir com a introdução dos grandes maquinários e a automação dos processos da produção. Um dos grandes desafios do capital é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, mas até mesmo para o capital, tal condição mostra-se inviável em sua totalidade, visto que sempre ocorrerá a necessidade do trabalho vivo, do consumidor trabalhador, para ampliar cada vez mais a relação de compra e venda.

Sobre a sociedade do capital, Chesnais (2000) acrescenta uma observação bastante interessante:

mesmo se o olhar social começa a se tornar mais crítico, continuemos a examinar as palavras com prudência. Afastemos mais do que nunca a imagem da “cidade planetária”. Atrás da expressão neutra da “mundialização da economia” e seu corolário já mais explícito da “vitória do mercado”, esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo. O termo “mercado” é a palavra que ser hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riqueza criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solvestes são reconhecidas. (CHESNAIS, 2000, p. 1).

Portanto, é uma ilusão acreditar que o MPC pode ter alguma possibilidade de alteração em sua natureza. O capital é de caráter antagônico, contraditório, devastador e apenas reconhece o trabalho como produtor da riqueza e da mais-valia, retirando ou subordinando tudo, e até mesmo convertendo o próprio capitalista em agente da desumanização.

3.2 OS DEFEITOS ESTRUTURAIS DO CAPITAL: LIMITES ABSOLUTOS

Vive-se um momento historicamente complicado para a sobrevivência da humanidade, em decorrência da crise estrutural, que se caracteriza não mais por uma crise localizada e, portanto, de efeitos limitados.

Nos tempos atuais, a coisa muda efetivamente de figura, pois se vivenciam tempos de crise, porém de uma crise estrutural e globalizada, que expõe os limites absolutos deste sistema.

Assim, experimenta-se a possibilidade de um tempo histórico de extrema importância tanto do ponto de vista do colapso fatal do capital, como da possibilidade histórica do

surgimento do modo de produção comunista, como única saída humana para os problemas produzidos pelo capital.

Mészáros (2002) assevera que a humanidade está diante da possibilidade histórica de escolher permanecer na barbárie ou promover a ruptura com o capital. É lógico que se deve entender que a ruptura com ou o colapso do capital só é possível pela via do processo revolucionário, pela luta e pela consciência revolucionária que se constitui nas lutas sociais.

Marx (2010) afirma que toda história do homem é marcada pelas lutas de classes; portanto, a ruptura do capital só é possível na luta, no processo revolucionário. Ainda sobre a questão do colapso e da incontornabilidade do capital, Tonet (2007, p. 25) esclarece que “a incontornabilidade do capital não significa a impossibilidade de qualquer controle ou limitação. Significa sim, e precisamente, que é impossível impor ao capital outra lógica que não seja a sua lógica, que não seja a da sua reprodução”. Assim, a possibilidade do colapso do capital decorre efetivamente de todas as contradições promovidas, da ativação de seus limites absolutos e de uma necessidade da humanidade em romper com essa forma de sociabilidade.

Vivencia-se historicamente a categoria possibilidade do ponto de vista de outro modo de produção que tem como centro o trabalho livre, emancipador. Tudo vai depender de como a humanidade resolverá os problemas existentes no cotidiano da vida concreta. Nos dias atuais, a humanidade está diante de uma decisão de caráter irrevogável, que é continuar na barbárie ou buscar a via do comunismo. Se a humanidade tomar a decisão da barbárie, ter-se-á pela primeira vez na história a efetivação de um beco sem saída. Do ponto de vista da humanidade, um beco sem saída é a possibilidade de sua extinção.

Sampaio Junior [não pode ser só este nome] (2011) afirma que:

a crise estrutural do capital esgota todas as propriedades civilizadoras do capitalismo, criando a necessidade histórica de sua superação. A origem do problema encontra-se no fato de que a tendência decrescente da taxa de lucro, resultado da própria expansão das forças produtivas, acirra de maneira irreconciliável as contradições entre capital e trabalho. Ao alcançar seus limites absolutos, a relação capital-trabalho passa a ser um grilhão para o desenvolvimento das forças produtivas. A partir desse ponto, o aumento da produtividade do trabalho fica circunscrito à possibilidade de preservar “a parcialidade autorreferida” e “insuperável hierarquia estrutural” do capital. (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p. 199).

Neste sentido, o capital enquanto um modo de produção totalizador subordina a tudo e a todos para atingir seus objetivos finais, que é a produção da mais-valia pela via da exploração do trabalho excedente. É importante frisar que o capital aparece historicamente

como um modo de produção totalizador que tudo submete a sua ordem. Assim, a questão da sociedade dividida em classes sociais antagônicas, a partir da base material, é algo que consolida os objetivos do capital, ao tempo que constitui uma divisão social hierárquica do trabalho entre funcional e técnico. A organização do trabalho e de todos os outros complexos está a serviço das necessidades do capital.

Segundo Mészáros (2002):

esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

O capital tem na expansão e na acumulação seus objetivos centrais. Essas duas dimensões do capital são ao mesmo tempo a própria possibilidade de dinamismo do sistema e a aproximação do sistema aos seus limites absolutos.

Mészáros (2002) tece a seguinte assertiva sobre o capital:

como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da reprodução expandida da sociedade. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Portanto, o ponto central para se entender a crise estrutural é que ela emana das três dimensões internas do capital, que consistem na produção, no consumo e na circulação/distribuição/realização. Segundo Mészáros (2002, p. 798), estas dimensões tendem a se “fortalecer e a se ampliar por um longo tempo”, promovendo a reprodução do capital. Essa tríade consiste no mecanismo de autoexpansão do capital, possui uma “unidade contraditória” e enquanto estiver funcionando não pode haver qualquer crise estrutural. Ou seja, a crise estrutural pressupõe a alteração na totalidade desse compósito do capital em todas as suas dimensões, visto que cada uma delas possui seus limites absolutos e estas interagem entre si.

Para Mészáros (2002), seriam quatro os eixos em que se aglutinaram as grandes contradições que estariam precipitando a ativação dos limites absolutos do capital: 1) a

contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento das mulheres; 4) o desemprego crônico.

Entre esses ativadores dos limites absolutos, será destacado um dos grandes problemas do mundo, hoje: o desemprego e sua ocorrência em ordem planetária.

Com relação ao desemprego, Mészáros (2007, p. 140) observa que este decorre das “contradições de um sistema socioeconômico que por sua própria necessidade perversa impõe sobre incontáveis milhões de pessoas a privação e o sofrimento que acompanham o desemprego”.

Deste modo, verifica-se a profunda precarização e intensificação do trabalho, revestidas por uma flexível organização da produção, que tem como objetivo central constituir a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Essas ações buscam promover, ainda mais, a subordinação do trabalhador, a acumulação flexível e a produção da mais-valia absoluta, em um trabalho com tempo determinado, no qual cada vez mais empresas usam o expediente da terceirização para diminuir os custos dos encargos com seu pessoal. Dessa forma, a carteira de trabalho e a estabilidade estão sendo substituídos, de forma crescente, pelo trabalho não pago.

Texto publicado no *site* da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – escritório Brasil – faz alusão à fraca recuperação da economia e à não geração de empregos. Segundo a reportagem, o mercado de trabalho continua estagnado, apesar da lenta recuperação da economia global. Segundo informações do *site*, a taxa de desemprego chega à ordem de 202 milhões de pessoas no ano de 2013.

No relatório Tendências Mundiais de Empregos 2014, da OIT, o desemprego estaria em pleno crescimento, atingindo sobretudo os jovens que buscam seu primeiro emprego e um grande número de trabalhadores.

Eis outros dados que o relatório exhibe: o número de desempregados no mundo aumentou 5 milhões em 2013, superando 202 milhões de pessoas, o que representaria uma taxa de desemprego mundial de 6%. Com relação ao número de pessoas que estariam buscando emprego, o aumento é da ordem de 13 milhões até 2018. No que tange aos trabalhadores, 23 milhões “abandonaram” o mercado. Do ponto de vista etário, 74,5 milhões de pessoas entre 15 a 24 anos estariam desempregadas, implicando uma taxa de desemprego juvenil de 13,1%. Ainda sobre as condições da vida dos trabalhadores, o relatório informa que

839 milhões de trabalhadores junto com suas famílias vivem com menos de 1,25 dólar diário em 2013.

No que concerne às tendências mundiais de emprego por regiões, o relatório afirma que nas economias desenvolvidas e na União Europeia, as condições do mercado não mostram sinal de melhora em 2013. Em países da Europa Central, do Sudoeste Europeu (regiões fora da zona do euro) e da comunidade de Estados independentes (ex-URSS), a diminuição da taxa de desemprego, que teria ocorrido no ano de 2009, teria sofrido em 2013 uma inversão, com um aumento da taxa de desempregados. Com relação à América Latina e Caribe, o relatório expõe o crescimento do emprego mais rápido que a expansão da população ativa.

Sobre a questão do desemprego, Mészáros (2007) argumenta:

desse modo, alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desenvolvimento se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de inter-relações e interdeterminações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais podiam falar sobre o pleno emprego em uma sociedade livre. (MÉSZAROS, 2007, p. 145).

O fenômeno do desemprego, que hoje se coloca como um dos graves problemas do MPC, não é um problema unicamente dos países periféricos, mas de ordem planetária. Ao longo do tempo, o capital sempre produziu um exército de reserva com o objetivo de ganhos e de dominação sobre a classe trabalhadora. Porém, nos últimos anos, o capital começou a perder o controle sobre esse exército de reserva, passando este a ser uma dimensão catastrófica para o próprio sistema.

Mészáros (2002) percebe que não é simplesmente o colapso do sistema financeiro a causa de todos os males, mas a ativação dos limites absolutos do capital que geram vários problemas, entre eles o desemprego. Assim, ainda segundo Mészáros (2002), estar-se-ia presenciando um impasse na economia mundial, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Para Mészáros (2002), todas as ações por parte do governo e das instituições globais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), têm como objetivo promover a confiança no sistema.

Mészáros (2002) considera que as crises são sempre endêmicas, cumulativas, crônicas e permanentes, e que suas manifestações são o desemprego estrutural, a destruição ambiental e as guerras permanentes, como se verifica atualmente entre Israel e a Palestina.

Para Paniago (2012),

[...] o problema assume uma dimensão bem mais incontornável quando a fase de ascendência histórica do capital se esgota e a acumulação enfrenta dificuldades crescentes para a realização de seus objetivos expansivos. A essa altura já não há mais disponibilidade das formas anteriores de exportação das contradições acumuladas, antes posta em ação “mediante uma confrontação militar massiva, como se experimentou em duas guerras mundiais, e tampouco [se pôde dissipar] internamente [tais contradições] graças à mobilização dos recursos materiais e humanos da sociedade, em preparação de uma próxima guerra, como se viu na década de 30 e no período pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo porque o crescimento excessivo de armamentos, justificado pela Guerra Fria, começou a tornar-se proibitivo até para os países mais poderosos economicamente. (PANIAGO, 2012, p. 65).

Portanto, a partir do cenário demarcado acima sobre a crise estrutural do capital, fica evidente que o capital nos tempos atuais entra numa nova etapa de seu processo histórico. Essa nova etapa está relacionada a uma crise de proporções até então não vivenciadas pelo sistema e pela humanidade.

O MPC é um sistema marcado pelos antagonismos, pela exploração, pela incontrollabilidade e, portanto, irreformável; tais características o tornam produtor de crises. Portanto, falar das crises sob a égide do capital é algo natural, pois as crises sempre existiram, com maior severidade ou não. Em outros tempos, o sistema pôde revertê-las em seu favor, gerando novas possibilidades de expansão e acumulação.

De acordo com Mészáros (2002), a grande novidade da crise atual é ser de ordem universal; sua ocorrência não se dá apenas num ramo de negócios, mas se alastra por todas as formas de trabalho. Ademais, é uma crise de abrangência planetária, porquanto não mais se restringe a um país, mas agora sua ocorrência é mundial. Já o tempo de sua existência é extenso e contínuo.

Para Mészáros (2009, p. 57),

diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por um outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana.

3.3 A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

3.3.1 O SURGIMENTO DO ESTADO

Ao longo desta dissertação, o trabalho é apresentado como a categoria que funda o ser social, na medida em que retira o homem da condição meramente biológica, tornando-o um ser social. Tal condição permite ao homem, mediante o pôr teleológico, diferenciar seu trabalho do dos outros animais presentes na natureza.

Através do pôr teleológico o homem passa a dar uma finalidade ao seu trabalho, transformando a causalidade em causalidade posta, objetivando algo que ao fim de seu trabalho não existia na natureza, com o objetivo de atender às suas necessidades ou às suas finalidades.

À medida que o homem vai evoluindo, as forças produtivas alteram as suas relações de produção, e tudo isso só é possível pelo trabalho. O trabalho passa a ser a fonte de toda riqueza, visto que é por meio dele que o homem se constitui em homem social e pode efetivamente prover a sua própria vida. Neste sentido, o trabalho é considerado aqui em sua forma original, que seria a relação do homem com a natureza, na produção dos bens materiais destinados à sua existência.

No decorrer do desenvolvimento da sociedade, o homem assume o papel de patriarca, e a ordem que começa a ser estabelecida é patriarcal. Verifica-se a fixação do homem à terra, a domesticação dos animais e o surgimento da família e da propriedade privada.

Enquanto ocorre o processo de evolução econômica, começam a surgir as diferenças entre os homens. Essa diferença é fundamentalmente de ordem econômica, o que institui as classes sociais. Uma vez que os homens se tornam diferentes um dos outros, na posição e na produção, evidenciam-se as diferenças de classes. Tais diferenças resultarão em problemas irreconciliáveis e antagônicos, o que impõe à sociedade civil a promoção do Estado como estratégia para controlar e regular os conflitos de classes e os interesses dos detentores dos meios de produção.

Conforme anota Gruppi (1980),

o Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando surgem as classes e, com elas, a luta de classes (GRUPPI, 1980, p. 30).

Engels (1984), em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirma que existiram sociedades primitivas que não conheceram o complexo Estado. Pode-se, então, concluir que o Estado não existiu desde sempre e que seu aparecimento se dá com o desenrolar das lutas de classes, em decorrência das diferenças econômicas entre os homens.

Ainda sobre o aparecimento do Estado, Gruppi (1980) acrescenta:

tudo começa quando se diferencia a posição dos homens nas relações de produção. Por um lado temos os escravos, pelo outro, o proprietário de escravos; de uma parte o proprietário da terra, de outro, os que nela trabalham, subjugados pelo proprietário. Quando se produzem essas diferenças nas relações de produção, determinando a formação de classes sociais e, por conseguinte, a luta de classes, surge a necessidade do Estado: a classe que detém a propriedade dos principais meios de produção deve institucionalizar sua dominação econômica através de organismos de dominação política, com estrutura jurídicas, com tribunais, com forças repressivas etc. (GRUPPI, 1980, p. 30).

Assim, pode-se considerar que o Estado é um complexo que tem sua origem na sociedade civil. A classe economicamente mais forte, para resguardar sua posição, cria o Estado, visando regular a sociedade conforme seus interesses particulares.

Porém esse interesse particular deve aparecer para a sociedade como um todo, como um valor universal; nesse sentido, o aparato político/jurídico cumpre um papel decisivo na proteção e na reprodução dos valores da sociabilidade da classe economicamente mais forte contra a classe economicamente mais desprotegida.

Sobre a questão do Estado, Gruppi (1980) entende o seguinte:

o Estado é então a expressão da dominação de uma classe, é a necessidade de regular juridicamente a luta de classes, de manter determinados equilíbrios entre as classes em conformidade com a correlação de forças existente, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante. O Estado é a expressão da dominação de uma classe, mas também um momento de equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação. (GRUPPI, 1980, p. 31).

Com relação à origem, natureza e função do Estado, a partir dos autores citados, o Estado estaria atrelado à existência e à manutenção da propriedade privada, sendo, portanto, de cunho classista. Assim, o Estado objetiva assegurar a reprodução do capital, ampliando ainda mais a exploração do trabalho excedente, além de promover o aparato superestrutural político/jurídico como mecanismo de regulação e exploração social. Dessa forma, o Estado serve como estratégia do capital para assegurar uma “certa harmonia” dentro do contexto social, a exemplo das políticas sociais econômicas do governo brasileiro, como o Bolsa

Família e os diversos programas educacionais, os quais serão discutidos de forma mais detalhada no último capítulo desta dissertação. Desse modo, o Estado é um complexo que tem sua origem na sociedade civil, criado para resguardar a posição da classe economicamente mais forte e regular a sociedade conforme seus interesses particulares.

Ainda sobre o Estado, Tonet (2004) discorre:

o surgimento e a natureza do Estado decorrem dessa mesma natureza da sociedade civil. Dilacerada pela contradição entre interesses gerais e particulares e não podendo resolvê-lo ela mesmo, dá origem a uma esfera, com um aparato, com tarefas, com uma especificidade própria, mas cuja função fundamental seria a de solucionar essas contradições. Sua origem, porém, traça-lhe precisamente os limites. Desse modo, solucionar a contradição não significa superá-la, porque isto está para além das suas possibilidades, mas antes administrá-la, suprimindo-a formalmente, mas conservando-a realmente e deste modo contribuindo para reproduzi-la em benefício das classes mais poderosas da sociedade civil. (TONET, 2005, p. 26).

Portanto, não é o Estado que cria a sociedade, como pensava Hegel. Tonet (op. cit.), adotando a mesma posição de Engels, evidencia o contrário: é a sociedade civil, como produtora dos bens materiais, que cria o Estado com o objetivo de defender seus interesses particulares como classe dominante; porém, tem de se constituir na consciência dos outros indivíduos como uma estrutura acima das classes, “de todos e para todos”.

Marx (2010, p. 38) enfatiza que “o fim do Estado e os poderes do Estado são mistificados, visto que são apresentados como modos de existência da substância e aparecem como algo separado de sua existência real, do espírito que se sabe e se quer do espírito cultivado”.

Assim, faz-se necessário que as consciências dos indivíduos sejam influenciadas ou induzidas literalmente a acreditar que o Estado não está atrelado a sua base fundante, que é a economia.

Marx (2010, p. 52), em sua obra *A crítica da filosofia do direito de Hegel*, faz a seguinte observação: “o homem é o princípio real do Estado, mas o homem não livre”. Assim, em primeiro plano, percebe-se claramente a crítica de Marx com relação a Hegel: o Estado é efetivamente uma criação de homens concretos em situações históricas concretas, e não um instrumento universal de resolução dos problemas dos homens, como pensava Hegel.

O Estado não é uma dimensão sobrenatural, mas um complexo que decorre das relações econômicas dos homens, que tem como finalidade não o homem livre, mas sim

garantir a liberdade do homem burguês e o aprisionamento do trabalhador. Daí o Estado não poder ser entendido como um complexo neutro e não classista.

De acordo com Marx (2010):

como a sociedade civil é o campo de batalha do interesse individual de todos contra todos, então tem lugar, aqui, o conflito desse interesse com as questões comuns particulares e o conflito destas, juntamente com aquele, contra os mais elevados pontos de vista e disposições do Estado. O espírito corporativo, que se produz na legitimação das esferas particulares, converte-se em si mesmo, simultaneamente, no espírito do Estado, visto que ele tem, no Estado, o meio de conservação dos fins particulares. Este é o segredo do patriotismo dos cidadãos no sentido de que eles sabem o Estado como sua substância, porque ele conserva as suas esferas particulares, a sua legitimidade e a sua autoridade, assim como o seu bem-estar. No espírito corporativo, na medida em que ele contém imediatamente o enraizamento do particular no universal, encontra-se, portanto, a profundidade e a força que o Estado tem na disposição. (MARX, 2010, p. 61).

Em outro momento, Marx (2011) afirma que o Estado

enreda, controla, disciplina, vigia e tutela as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificante, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos, em que esse corpo de parasitas adquire, em virtude da sua extraordinária centralização, um grau de onipresença, de onisciência, de acelerada capacidade de movimento de reação que só tem analogia na impotente falta de autonomia, na disformidade desordenada do organismo social real. (MARX, 2011, p. 77).

Sendo o Estado um complexo oriundo da base econômica, tem como função a coerção, entendendo-se a coerção de duas formas de ocorrência no Estado. A primeira forma de coerção é a utilização da força, tendo como aparato, por exemplo, a polícia. Geralmente, o uso da força pelo Estado ocorre quando a situação se encontra fora do controle, como se deu com as manifestações de junho/julho de 2013 no Brasil, quando a ordem policial do Estado fez atuou de forma bastante violenta com relação aos manifestantes. Um segundo tipo de coerção, que ocorre de forma mais subliminar, é da ordem superestrutural do Estado, relativa à política e ao jurídico, que, em nome da democracia, utilizam todo o aparato legal para imprimir e reproduzir a lógica do capital nas políticas públicas, especialmente as educacionais. Atuam, então, diretamente na consciência dos indivíduos, com foco na promoção de valores da sociabilidade burguesa, cooptando a subjetividade da classe trabalhadora, como uma estratégia de controle e de disciplinaridade, com o único objetivo da dominação de classes.

O resultado é sempre, do ponto de vista do MPC, adequar os indivíduos às suas necessidades. Tal condição sempre ocorre dentro da práxis, que é marcada pela contradição decorrente das lutas de classe. Do ponto de vista do aparato do direito, todas as leis e ações da Justiça promovem na prática a defesa dos detentores do poder. Como exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que tem como objetivo regular a relação estabelecida entre empregador e empregado; assim, está implícito que a CLT protege e regulamenta direitos e deveres, mas não contraria a relação explorador x explorado.

O Estado burguês em todas as suas ações, inclusive quando atua como amortizador dos conflitos e tensões sociais, tem sempre um caráter coercitivo. Marx (2010) ensina que a finalidade do Estado é o homem real, mas o homem não livre, e todas as ações do Estado burguês estão condicionadas à produção do homem não livre, com vistas à expansão e à acumulação do capital.

Ainda sobre essa questão, Netto e Braz (2012) assinalam que:

o essencial das funções do Estado burguês restringia-se às tarefas repressivas: cabia-lhe assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação do capitalista – a manutenção da propriedade privada e da “ordem pública” (leia-se; o enquadramento dos trabalhadores). Tratava-se do Estado reivindicado pela teoria liberal: um Estado com mínimas atribuições econômicas; mas isso não significa um Estado alheio à atividade econômica – pelo contrário: ao assegurar as condições externas para acumulação capitalista, o Estado intervinha no exclusivo interesse do capital (e era exatamente essa a exigência liberal) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 186-187).

O capital é um sistema que tem como característica primordial a sua autorreprodução. Por isso, o formato do Estado burguês ao longo da história vai se modificando, para atender às necessidades do capital. Apesar das “novas formatações” do Estado, sua natureza e sua função continuam intactas, e não poderia ser de outra forma, como esclarecem Netto e Braz (2012):

evidentemente, tal Estado se fundava numa participação social externamente restrita: o direito de voto, por exemplo, era muito limitada. Foi precisamente a ação dos trabalhadores que forçou a lenta democratização da sociedade burguesa (observamos que o cartismo teve como ponto de partida a exigência de uma reforma eleitoral para ampliar o direito de voto): a democracia política, quando triunfou, não foi produto da teoria liberal ou de seus representantes políticos, mas uma conquista no movimento operário. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 187).

Essa condição permite apreender o homem e seu mundo sempre como uma categoria de possibilidade, onde tudo pode ocorrer. Como explica Marx (2010):

as revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades. Corresponderá à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã a mesma discrepância da sociedade civil com o Estado e da sociedade civil consigo mesma? Serão as necessidades teóricas imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento. (MARX, 2010, p. 152).

3.3.1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O ESTADO EM MÉSZÁROS

Na perspectiva marxiana, a crise estrutural colocada atualmente não é decorrente da chamada crise financeira global, mas um epifenômeno de uma situação muito mais ampla e profundamente grave. Trata-se de uma crise estrutural que ataca diretamente a lógica da expansão do capitalismo, gestando a crise do valor.

Mészáros (2011) ilustrou isso de forma brilhante:

a dramática crise financeira que experimentamos nos últimos três anos é apenas um aspecto da trifurcada destrutibilidade do sistema do capital. (1) Na esfera militar, com as intermináveis guerras do capital deste o começo do imperialismo monopolista nas décadas finais do século XIX, e suas mais devastadoras armas de destruição em massas nos últimos sessenta anos; (2) A intensificação, através do óbvio impacto destrutivo do capital na ecologia, afetando diretamente e já colocando em risco o fundamento natural elementar da própria existência humana; e (3) No domínio da produção material e do desperdício cada vez maior, devido ao avanço da produção destrutiva, em lugar da outrora louvada destruição criativa ou produtiva. Esses são os graves problemas sistêmicos de nossa crise estrutural que só podem ser solucionados por uma completa mudança estrutural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 12-13).

Nesse sentido, qual é o papel que o Estado ocupa para controlar a crise estrutural do capital? Para responder a esse questionamento busca-se suporte teórico na obra *Para além do capital*, de Mészáros.

Antes e já dentro da discussão sobre o Estado e seu papel na crise estrutural do capital, Mészáros (2002) chama atenção para alguns pontos que são fundamentais para um maior entendimento da dinâmica do Estado no contexto da sociedade capitalista. Em primeiro lugar, Mészáros (2002) assinala que o Estado faz parte da base material do capital e teria como superestrutura os complexos da política e do direito⁶. Outra questão que requer mais estudos e pesquisas diz respeito ao Estado na formatação pós-capitalista do tipo soviético, mas que deverá ficar para estudos posteriores. Sobre essa questão, Mészáros (2002) esclarece:

⁶ O Estado não faz parte da **superestrutura**, como muitas correntes do pensamento marxista afirmaram.

na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

Outra questão relativa ao Estado que Mészáros (2002) ressalta se refere ao mito dos defensores do Estado mínimo, tão bem propagandeado pelos neoliberais, que defendem a autorregulação do mercado ou o mercado como livre regulador da vida social. Para Mészáros (2007), o Estado nunca esteve tão presente e tão forte como nos dias atuais, porquanto é o responsável pelas ações políticas e fornece em última instância as condições necessárias para a reprodução do capital.

Além de garantir a reprodução da capital, o Estado no sistema capitalista desenvolve programas ou ações de políticas públicas como estratégias para amortecer ou remediar a falhas produzidas pelas contradições do sistema, regulando os conflitos sociais. Segundo Mészáros (2011), ao longo do tempo o Estado moderno foi adquirindo uma força e um dinamismo que tende a aumentar, pois uma grande quantidade de recursos colabora para a sua ampliação.

Ainda sobre a importância do Estado, Mészáros (2011, p. 154) observa que “o Estado capitalista é o comprador direto da produção destrutiva catastróficamente perdulária do complexo industrial militar”. Assim, o Estado, em nome dos “interesses da segurança da nacional” contra as ações terroristas e em nome da democracia, legitima e garante a expansão do capital militarista, não importando se o resultado dessa expansão é a morte ou o extermínio de pessoas. Por meio de um discurso democrático em defesa da paz e das pessoas, influencia a subjetividade dos indivíduos, tornando-se cada vez mais forte e se revelando um grande articulador do processo de reprodução do capital.

Para Mészáros (2002):

[...] é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-se na forma da estrutura totalizadora de comando político do capital. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Sobre a concepção de Estado em Mészáros a partir de Marx, o referido autor reafirma que o Estado moderno tem na política uma estrutura formal e legal. Essa existência, intimamente ligada ao capital, atende às demandas da sociedade, mas não coloca em risco os elementos dos quais é protetor, a saber: a propriedade privada, a organização hierárquica da classe trabalhadora, o trabalho assalariado e suas modalidades de contratação. Tais condições são fundamentais para o processo de exploração do trabalho excedente, gerando a acumulação privada.

A partir da citação de Mészáros (2002), outra questão a ser discutida é que o Estado é uma parte integrante do sistema sociometabólico do capital. Para o autor (op. cit.), a condição de estrutura de mediação que possibilite a resolução das problemáticas gerais criadas no seio deste tipo de sociedade não pode existir no âmbito do Estado. Em primeiro lugar, o Estado, como estrutura integrante do capital, não resolverá os problemas de ordem econômico-social por ser algo necessário ao sistema; em segundo, acreditar na possibilidade de estrutura de mediação é, em verdade, negar os conflitos antagônicos e, portanto, a condição irremediável das lutas de classes.

Mészáros (2002, p. 107) assevera que, “em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam das unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado”.

Em outro momento de *Para além do capital*, Mészáros (2002) afirma:

o Estado moderno constitui a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólico do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos na seção anterior. (MÉSÁZROS, 2002, p. 107).

Sobre a citação acima, Mészáros (2002) se refere à falta de unidade nos três aspectos do sistema sociometabólico do capital, quando justamente o Estado faz sua intervenção com o objetivo único de assegurar a dinâmica do MPC.

Mészáros (2002) aponta três grandes defeitos estruturais do capital, a saber: produção e controle; produção e consumo; e a circulação. Como esses três defeitos estruturais do capital são as unidades de intervenção do Estado moderno, faz-se necessária uma apresentação destes defeitos incorrigíveis do MPC.

Produção e Controle

Sobre esse primeiro defeito estrutural do MPC, Mészáros (2002, p. 105) indica que “estão radicalmente isolados e são diametralmente opostos”. Sendo o Estado uma estrutura totalizante do capital, por meio de seu aparato legal proporciona uma igualdade entre os indivíduos, sempre do ponto de vista formal, e, portanto, de ordem abstrata. Essa igualdade é fundamental para regular a relação entre os produtores da riqueza (os trabalhadores que geram a produção) e o capitalista.

Essa dicotomia é imprescindível para a exploração do excedente, gerador da mais-valia. Assim, pelo seu aparato legal, o Estado legitima e garante o acúmulo privado, além de incutir nas consciências da classe trabalhadora a naturalidade da relação produtor e expropriador do trabalho alheio. Lukács (2013) afirma que quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento das barreiras naturais, o pôr teleológico secundário assume um caráter mais presente nas práxis mais evoluídas, como na atualidade. Nesse sentido, o ato de influenciar as consciências da classe trabalhadora é fundamental para o processo de concretização da separação entre produção e controle.

Ainda com relação à separação entre produção e controle, o Estado garantiu ao longo do processo histórico, via todo o aparato do direito, o controle e a transferência dos meios de produção entre os sujeitos capitalistas, conferindo assim legitimidade à dominação e à exploração dos produtores da riqueza (a classe trabalhadora).

Produção e Consumo

O segundo defeito estrutural do capital reside na produção e no consumo. De acordo com Mészáros (2002):

a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada externamente problemática, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 105).

Com relação à questão da produção dentro do MPC, o valor de troca é o valor que efetivamente subordina o valor de uso as necessidades do capital, portanto, a produção não tem como foco atender às necessidades humanas, mas sim ao próprio sistema. Outro ponto importante desta fratura do capital é que se está num momento em que nunca a humanidade produziu tanto; o que se produz no mundo hoje em termos de alimento dá para alimentar o

mundo todo, resolvendo, por exemplo, o problema da fome, porém o que se constata é cada vez mais uma redução no consumo, ou o acesso ao consumo reduzido a poucos.

Para Mészáros (2002), tal situação de desequilíbrio entre a imensa produção e o consumo é mais uma grave contradição do capital. Diante deste cenário, o Estado é convocado a intervir para resolver esse desequilíbrio. Dentro da fratura produção e consumo, o Estado como fornecedor de educação, saúde, habitação etc. deve sempre, em escala crescente, exercer o papel de comprador.

Produção e Circulação

Sobre esse terceiro defeito estrutural do capital Mészáros (2002) observa:

os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global. (MÉSZÁROS, 2002, p. 105).

Diante deste terceiro defeito estrutural do capital, Mészáros (2002) coloca em um primeiro plano a estrutura corretiva de exercício político do capital, que tem sua organização em Estados nacionais. Mas o capital exige que sua ação seja global, portanto, os Estados nacionais não devem ficar circunscritos aos limites das suas fronteiras.

Em face dessa contradição o capital gera um sistema com padrões diferenciados; isso na prática significa que o Estado apresenta atuações diferentes nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. Portanto, mediante a expansão do capital, ocorre uma maior ou menor exploração da classe trabalhadora nos países desenvolvidos em decorrência de uma maior exploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Com o agravamento da crise estrutural do capital está ocorrendo um processo de uniformização da exploração da classe trabalhadora.

No que tange ao sistema sociometabólico do capital, o Estado é um complexo de complementação que objetiva atuar nas três dimensões deficientes do capital: produção e controle, produção e consumo, produção e circulação. O Estado em Mészáros é um complexo

que tem como função central, assim como em Marx, a exploração do trabalho excedente. Fica claro que entre capital e Estado existe uma relação dialética e que um não pode existir sem o outro. Porém, conforme as necessidades do capital, o Estado em cada tempo histórico sofre modificações em sua formatação; isso não significa mudança em sua natureza, que sempre será a produção da expansão e acumulação do capital privado.

Para Mészáros (2002),

o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo. É seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

3.4 AS REFORMAS DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas e das relações de produção, a sociedade passa a ser regulada pelo Estado, que nasce das necessidades da sociedade civil, entendida aqui como sociedade econômica. Portanto, o Estado é parte integrante do capital.

Sendo o capital um sistema marcado pela sua necessidade de autorreprodução de caráter incontrolável e irreformável, vai, ao longo do tempo histórico, produzindo grandes contradições; por sua natureza expansionista e acumulativa, não reconhece limites. Bertoldo e Santos (2012, p. 101) afirmam que “o processo de desenvolvimento capitalista fundado na lógica expansionista de acumulação tem afetado não apenas o campo da economia como também o conjunto das atividades sociais que são indispensáveis a sua reprodução, a exemplo da educação”.

O objetivo central do capital é efetivamente o lucro para a realização do máximo de acúmulo privado; o sistema subordina tudo à sua lógica. Portanto, o capital, por natureza, é marcado por crises. Crises que em um determinado tempo histórico eram resolvidas. Bertoldo e Santos (2012), analisando essa questão, anotam:

a crise estrutural do capital, iniciou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, pode constatada com o denominado *depressed continuum*, que se diferencia do ciclo de expansão capitalista ao longo da história, marcado por períodos que alternavam expansão e crise. Para o pensador húngaro, a nova forma como a crise se expressa não é mais marcada por intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas por precipitações cada vez mais frequentes e contínuas, o que resulta em sérias consequências sociais, como o desemprego, o afrouxamento das leis trabalhistas, a precarização das condições de trabalho, a intensificação do trabalho, a redução salarial, entre outras. (BERTOLDO; SANTOS, 2012, p. 101).

Neste sentido, o Estado como *lócus* de defesa dos interesses do capital cria estratégias de reformas necessárias que colaboram para a resolução de suas crises. Segundo Netto e Braz (2012), na resposta a sua crise, verifica-se a existência de um Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o capital, mediante a diminuição dos gastos públicos, a desregulamentação das relações de trabalho e a precarização do trabalho, entre outras ações.

No campo político surgem, com força cada vez maior, os ideais neoliberais que justificam a liberdade de mercado, a fim de que assim sejam preparados os alicerces para a reforma do Estado. No campo da indústria, por sua vez, ocorre a adoção do modelo toyotista mediante a implantação do sistema de qualidade total, a flexibilização dos processos de trabalho, a exigência de um perfil de trabalhador polivalente, bem como a emergência de postos de trabalhos cada vez mais automatizados. Além disso, o cliente passa a ser o grande mandatário das demandas, e não mais as indústrias, como no modelo taylorista-fordista, que estava focado na produção em série, sendo a produção personificada o diferencial do toyotismo em relação ao taylorismo-fordismo. Contudo, isto não significou um rompimento com a lógica do controle e da exploração do trabalhador.

Do ponto de vista político, a ampliação das reformas do Estado adentram na agenda neoliberal, com o desmonte do Estado na implementação de políticas públicas sociais. O Estado é acusado de ser o grande causador da crise, por gastar uma receita que não tem, o que torna necessário um programa de arrocho fiscal intenso.

Com o arrocho fiscal imposto ao Estado, verifica-se: mínima participação estatal nos rumos da economia, pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, política de privatização das estatais, livre circulação de capitais internacionais (o fortalecimento do processo de globalização da economia), adoção de medidas contra o protecionismo econômico, desburocratização do Estado, com leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o desenvolvimento das atividades econômicas, e diminuição do Estado para tornar-se mais eficiente.

Assim, o Estado como grande regulador do capital tem, entre outras funções, buscar resolver os problemas de ordem social, causados pela própria lógica contraditória do capital. Nesse sentido, as políticas públicas ou os programas sociais ofertados pelo Estado têm como foco aqueles indivíduos considerados “excluídos” da sociedade. Cada vez mais presenciamos um conjunto de arranjos políticos que na prática funcionam como amortecedores dos conflitos sociais, já que os chamados “excluídos” podem representar um perigo para o capital.

Portanto, as políticas sociais servem como instrumentos para camuflar a exploração do trabalho pelo capital que, em última instância, funciona para diminuir/acalmar os efeitos perversos do capital sobre a classe trabalhadora.

As políticas sociais representam uma estratégia do capital para a sua reprodução, buscando acalmar a classe trabalhadora mediante o “atendimento de suas necessidades”.

Diante de um processo cada vez mais aprofundado pela crise estrutural do capital e do processo de reforma do Estado, nos últimos anos observam-se, cada vez mais, as consequências das reformas sobre as políticas sociais e os “direitos” dos trabalhadores conquistados das últimas décadas. Essas políticas têm significado para a classe trabalhadora a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, evidenciando a descentralização do Estado ou a redução da presença do Estado nas políticas públicas. Elas traduzem o abandono das políticas sociais que no passado garantiam, ainda que de forma precária, os direitos sociais dos trabalhadores.

O processo de reforma do Estado no contexto da crise estrutural do capital tem efetivamente seus reflexos sobre as políticas sociais ofertadas pelo Estado e, especialmente, as políticas educacionais, assumindo um caráter minimalista no atendimento à população, sobretudo aquela que se encontra em situação de miserabilidade.

O Estado reorienta suas ações no atendimento das necessidades dessa parcela da população com o objetivo de controlar e amortizar os conflitos sociais. Assim, as políticas sociais, incluindo a educação, buscam amortizar e controlar os conflitos sociais e auxiliam, de forma decisiva, na cooptação da subjetividade dos indivíduos que estão à margem da sociedade, influenciando-os ou induzindo-os à construção de um pensar e de um agir pautados pela naturalização e aceitação de suas próprias condições de vida, colaborando a reprodução social do capital. Assim, a sociedade atual está cada vez mais direcionada para formar indivíduos resignados, conformados e adaptados à realidade existente, sendo este um dos grandes papéis que cabem às políticas sociais e, em particular, às políticas educacionais.

3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O ESTADO BRASILEIRO: UMA PRÁTICA REGULATÓRIA

No Brasil, nos anos 1990, sob a tutela do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorre uma ampla reforma política e econômica. No campo econômico tem-se, entre outras ações, o plano Real, que possuía como objetivos a estabilização e as reformas econômicas.

O plano Real, considerado uma das medidas mais amplas da economia, visava ao controle da hiperinflação que assolava o país. Esse período de equilíbrio das contas públicas, ocorrido nos anos de 1993 a 1994, deu-se com a redução de despesas e com o aumento de receitas, além da criação da Unidade Real de Valor (URV) para preservar o poder de compra da massa salarial, evitando medidas de choque, como o confisco de poupança e a quebra de contratos.

Em decorrência da implantação do plano Real e da estabilização da economia, o governo brasileiro passou a adotar uma série de reformas estruturais e de gestão pública com a finalidade de dar sustentação aos programas econômicos do Programa do Real. Entre as reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), destaca-se a política de privatização de várias estatais, como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER); a criação de agências reguladoras; a venda de grande parte dos bancos que pertenciam aos governos dos Estados, além de uma maior abertura do comércio brasileiro para o exterior.

Para uma melhor ordenação e sistematização das reformas propostas pelo governo FHC, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Todas as ações desenvolvidas pelo então governo brasileiro foram orientadas pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Grande parte dessas medidas foi tomada pelo governo brasileiro em decorrência das crises econômicas dos países periféricos na década de 1980, que recorreram a empréstimos das agências financeiras multilaterais. Em contrapartida, esses países deveriam adotar programas de estabilização econômica e de reforma em suas estruturas econômicas, políticas e sociais, dentro da perspectiva das agências multilaterais.

Do ponto de vista das reformas do Estado brasileiro, as atuais políticas públicas, em especial as políticas educacionais, fazem parte do conjunto das medidas adotadas após as reformas neoliberais na década 1990. Em linhas gerais, as reformas educacionais desde o governo FHC até o presente momento, sob a condução do governo da presidente Dilma Rousseff (PT), compreendem programas ou políticas educacionais que visam promover a

reprodução do capital e cooptar a subjetividade da classe trabalhadora a partir da orientação dos organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), responsáveis pela elaboração de documentos norteadores para a adoção de modelos de educação, principalmente para os países periféricos, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto, a educação vem sendo concebida como um bem econômico, tendo como uma de suas funções a formação de um trabalhador cada vez mais pautado pelas necessidades do grande capital financeiro. Verifica-se, nos últimos anos, a retomada da teoria do capital humano, que tem como foco central o “valor econômico da educação”, ou seja, baseada nas vantagens da produtividade do fator humano na produção. Trata-se de uma forma de compreender a educação pelo viés da economia, cuja função social consiste em solucionar os problemas sociais.

Sobre essa questão, Mészáros (2006) assevera:

nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação. Apontar apenas os mecanismos de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista seria bastante inadequado. As sociedades existem por intermédio dos atos individuais particulares que buscam realizar seus próprios fins. Em consequência, a questão crucial, para qualquer sociedade estabelecida, é a reprodução bem-sucedida de tais indivíduos, cujo “fins próprios” não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Essa é a verdadeira dimensão do problema educacional: a “educação formal” não é mais do que um pequeno segmento dele. (MÉSZÁROS, 2006, p. 262).

No decorrer da crise da década de 1970, a educação surge como um novo nicho de mercado a ser explorado, tornando-se uma mercadoria a ser vendida e comprada, pois, como afirma Mészáros (2007), o capital é incontrolável. Essa incontrolabilidade do capital não significa que esse sistema não possa ser controlado ou limitado, mas que é impossível impor ao capital outra lógica que não seja a lógica da reprodução.

Neves (2007), analisando as reformas no Brasil a partir de década de 1990 com a implantação das políticas neoliberais na educação para atender às necessidades do capital, acrescenta que:

as reformas educacionais brasileiras já implementadas ou em processo de implantação visam, do ponto de vista técnico, à formação de um homem empreendedor e, do ponto de vista ético-político, à formação de um homem colaborador, características essenciais do intelectual urbano na atualidade, nos marcos da hegemonia burguesa. Esse intelectual urbano de novo tipo a ser formado pelo sistema educacional sob a hegemonia burguesa na

atualidade deverá apresentar uma nova capacidade técnica, que implique uma maior subordinação da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação vigente. (NEVES, 2007, p. 105).

As reformas da educação já implantadas e outras em curso no sistema educacional brasileiro, sob a tutela dos organismos multilaterais – mais precisamente, o Banco Mundial –, traçam os limites da função da educação. Vale destacar que na década de 1970, o Banco Mundial assumiu papel de grande relevância no que concerne ao modelo de educação a ser adotado pelos países periféricos, a partir da disseminação de documentos mundiais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien, na década de 1990.

As políticas do Banco Mundial na década de 1980 voltaram-se para o pagamento das dívidas dos países periféricos mediante ajustes estruturais, tendo a educação como estratégia para o combate à pobreza, com ênfase na educação básica. Na década de 1990 o Banco Mundial foca suas políticas na importância dos ajustes estruturais dos países periféricos e na administração da pobreza, daí as políticas e reformas educacionais ainda com ênfase na educação básica.

O Banco Mundial na década de 1980 propunha o combate à pobreza; já na década de 1990, o BM passa a defender a administração da pobreza, surgindo o discurso da equidade, que tem no reformismo seu elemento central. Ainda com relação às políticas do BM, o ensino fundamental constitui a preocupação central por motivos essencialmente econômicos. Num mundo mundializado, é da ordem “natural” que empresas transnacionais passem a atuar nos países periféricos, como estratégia para diminuir seus custos e ampliar seus lucros, visto que nestes países a mão de obra é bem mais barata que em seus países de origem, além de receberem muitas vezes, por parte dos estados, isenção de impostos para a implantação de suas fábricas. Assim, aumentando o número de indivíduos minimamente alfabetizados, obtém-se o aumento da mão de obra qualificada.

No que tange à educação infantil, o BM orienta que essa atividade não deverá ser ofertada pelo poder público, e sim pela iniciativa privada ou pelas Organizações Não Governamentais – ONGs, para a parcela da população de baixa renda. Para o ensino médio o BM deverá ter um caráter propedêutico, voltado para o vestibular ou para preparar os alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Além disso, a oferta do ensino médio deve se dar pela iniciativa privada; segundo o BM, cabe ao sistema público a oferta do ensino médio profissional. Com relação à educação superior, o BM deixa claro que sua oferta deve

ser efetivada pelas instituições privadas. E para resolver os problemas de alunos de baixa renda, deve ser utilizado o expediente dos programas de bolsas; no caso do Brasil, o Fundo de Financiamento ao Estudante – FIES.

Em linhas gerais, a orientação do BM para os países periféricos, entre eles o Brasil, é a redução do sistema de ensino ao ensino fundamental; as escolas devem adotar modelos de gestão com ênfase na prática democrática e participativa, promotores da eficiência e eficácia presentes na gestão empresarial.

Paralelo a essas orientações do BM para os países da América Latina e Caribe, ocorreram nesse mesmo período, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, o lançamento do Plano de Educação para Todos – EPT. Com este, todos os países participantes, inclusive o Brasil, assinaram o compromisso para desenvolver as necessidades básicas de aprendizagem, a saber: ler, escrever, contar e resolver problemas, além do compromisso pela universalização da educação básica para a população mundial, com foco na resolução do problema da alfabetização.

Entre os anos de 1993 e 1996, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO elaborou um relatório, sob a coordenação do francês Jacques Delors, que teve como objetivo traçar em linhas gerais as orientações para a educação no século XXI. Este relatório, que é publicado no Brasil com o título de “Educação: um tesouro a descobrir”, define que o papel da escola é interiorizar nos alunos o gosto pelo “aprender a aprender”. Essa “nova” prática pedagógica ressalta a importância de o aluno possuir um espírito empreendedor, além de estimulá-lo a uma formação individualizada, pragmática, com foco na resolução de problemas. Nessa prática pedagógica, o aluno é levado a aprender a partir da prática e da experiência.

Além de todas essas políticas e diretrizes constituídas nos últimos anos no cenário mundial, o BM vem ressaltando em seus documentos a importância de uma política de formação docente que se assente na flexibilidade de lidar com situações problemas, no acúmulo de informações e experiências adquiridas. O docente passa a ser pesquisador do cotidiano, e essa formação deve ocorrer pela modalidade da educação a distância.

Constata-se, nesse primeiro momento, um cenário em que imperam as políticas e diretrizes da educação no plano mundial, sob a orientação das agências multilaterais, tais como o Banco Mundial, a UNESC e a UNICEF para a América Latina e Caribe. Essas políticas revelam claramente, segundo Maia e Jimenez (2013, p. 114), que a educação atual enfatiza excessivamente a teoria, o conteúdo, a informação (o aprender a conhecer) e a

prática, ou seja, as habilidades e os saberes necessários à operacionalização de tarefas (o aprender a fazer). O plano das relações que os homens estabelecem entre si (o aprender a conviver) dos valores e das atitudes (o aprender a ser) é sonoramente ignorado pela educação tradicional e “científica” de hoje.

São esses valores e essa formação que norteiam as políticas e as práticas educacionais no Brasil. Segundo Neves (2005, p. 26), a escola tornou-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, concomitantemente, um veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia.

Nesse contexto, destaca-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1986, e todo o aparato regulatório para a efetivação das reformas da educação, como a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); a implantação de políticas e programas de Educação a distância (EAD), com a promoção cada vez maior do empresariamento da educação superior; a implantação da lógica das escolas privadas como modelo de referência no que tange à qualidade, eficiência e eficácia, inclusive propondo, na prática, um modelo de gestão das escolas públicas com a adoção das ditas “melhores práticas” como estratégias de transformação da educação pública pautada pelas ideias do capital; a alteração dos currículos das escolas básicas com a inclusão dos chamados temas transversais, como: ética, meio ambiente, cidadania, entre outros, entendidos como temas importantes para a formação do “cidadão”; a implantação de um sistema de avaliação da educação que estimula a competitividade entre as escolas e as universidades, focado no pragmatismo; entre outros⁷.

Esses são, portanto, indicadores criados pelo governo e por suas agências de fomento, entre elas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para impor ao espaço público o ideal do capital, com o fortalecimento da parceria público-privada, da política de responsabilização com ênfase em um discurso para o compromisso entre as classes na resolução dos problemas, apelando para valores como fraternidade, cooperação, amor e paz. Portanto, trata-se de reconciliar os antagonismos de classes, fato impossível de ocorrer, tendo em vista a natureza antagônica das classes, resultante da existência da propriedade privada.

⁷ A esse respeito, ver artigo de Valdemarin Coelho Gomes “O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina”. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana. *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 187-198.

Além dos programas educacionais citados, destacam-se os programas adotados pelo governo do PT nos últimos 12 anos: o Programa Todos pela Educação, o Mais Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este último foi criado pelo Governo Federal em 26 de outubro de 2011 (Lei nº 12.513/2011), na gestão de Dilma Rousseff. Ressalta-se, ainda, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado pela Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que tem como finalidade prestar apoio de ordem financeira aos Estados na execução das ações do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Com relação às dimensões atendidas pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), mencionam-se: Gestão Educacional, Programas de Formação de Profissionais para a Educação, Práticas Pedagógicas e Avaliação, além de infraestrutura e recursos pedagógicos. Além dessas ações, o FNDE se compromete no apoio de ações do PAC 2, a exemplo do Proinfância, que tem como foco central a construção de unidades de educação infantil e a construção de quadras esportivas escolares.

O FNDE, apesar de não ser obrigatório, constitui um instrumento de pactuação entre os entes federados; ou seja, os estados federados, inclusive o Distrito Federal, aderem ao pacto em nome do desenvolvimento da educação e do país. As determinações gerais do capital estão postas nos programas e nas políticas educacionais citadas, desde os governos de FHC (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), até os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

Apesar de se tratar de dois governos que historicamente têm se apresentado nos debates públicos como adversários, o que se observa nos últimos anos é uma nítida aproximação entre os governos do PSDB e do PT, expressa em todas as ações efetivadas com a reforma do Estado, as políticas de privatizações, a submissão das políticas sociais internas aos organismos multilaterais e o fortalecimento do Estado como parte integrante da estrutura sociometabólica do capital.

Constata-se que a mudança de um governo (do PSDB) para outro (do PT) não implicou nenhuma alteração substantiva no país, porque o capital, o trabalho e o Estado permaneceram inalteráveis; a propriedade privada permanece protegida pelo Estado e a riqueza socialmente produzida não foi minimamente socializada. Na verdade, seja FHC, seja

Luís Inácio da Silva ou Dilma Rousseff, eles representam apenas as personificações do capital, para lançar mão de uma expressão de Marx⁸.

A partir do que foi exposto acima, pode-se afirmar que todo esse conjunto de políticas e programas educacionais adotado pelo Estado brasileiro objetiva a promoção de uma formação cidadã, ou, segundo Tonet (2005, p. 29), uma “educação cidadã crítica. Vale dizer, uma educação que visa apenas formar indivíduos para a reprodução direta e imediata desta ordem social, preparando-os tão só para servirem de mão de obra ao capital, mas que sejam trabalhadores e cidadãos”.

De acordo com Mészáros (2006), as políticas educacionais e a educação teriam duas funções fundamentais na sociedade capitalista: a primeira, produzir pessoas qualificadas com as competências necessárias para atender a economia, e a segunda, servir ao controle político. Nesse sentido, vivencia-se cada vez mais a centralidade da política, que, em última instância, regula e ordena os conflitos e as contradições produzidos pelo capital, sem alterar a estrutura do sistema.

Diante desse cenário, as propostas dos candidatos à presidência do Brasil no pleito eleitoral deste ano de 2014 apresentaram a educação como uma estratégia de resolução dos problemas sociais brasileiros. A educação é tomada como uma fórmula para solucionar os problemas sociais. Tal condição da educação como equalizadora dos problemas sociais não é algo novo na história, pois se reporta ao século XIX.

Os candidatos à presidência Aécio Neves (PSDB) e a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT), que saiu do pleito vitoriosa, apresentaram programas de educação dentro dos moldes das práticas orientadas pelos organismos multilaterais.

Aécio Neves (PSDB) defendeu a universalização da educação básica, dos 4 aos 17 anos, e prometeu criar incentivos para melhorar a formação, a carreira e a remuneração dos professores. O candidato advogou a vinculação das remunerações de professores à melhoria da aprendizagem dos alunos, com salário inicial atraente e a coordenação de uma política nacional de formação de professores, com instituições formadoras públicas e privadas e secretarias municipais e estaduais de educação. O candidato intencionou implantar a escola de tempo integral e eliminar progressivamente o ensino noturno para jovens que não trabalham. Prometeu apoiar a modernização dos equipamentos escolares, incluindo a instalação de bibliotecas e laboratórios, computadores e acesso à internet, e a adequação térmica dos

⁸ “[...] os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas [...]” (MARX, 2012, p. 95).

ambientes. Outras propostas do candidato incluíam o aprimoramento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o compromisso de destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a área educacional.

Dilma Rousseff (PT) prometeu, em um eventual segundo mandato, um governo focado na transformação da qualidade do ensino. Dilma destacou, no programa de governo entregue à Justiça Eleitoral, a decisão de destinar recursos originários da exploração do petróleo, no pré e no pós-sal, para as ações nessa área, e assegurou que o orçamento da educação “teve considerável aumento em 12 anos”. Segundo ela, a soma dessas duas fontes vai permitir a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE). A candidata também destacou a ampliação de creches e a qualificação da rede de educação integral para que atinja até 20% da rede pública até 2018. Dilma ainda garantiu que vai conceder, até 2018, mais 100 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras e fazer uma mudança curricular e na gestão das escolas.

Como se pode verificar, tanto as propostas da candidata eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), como do candidato derrotado Aécio Neves, do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), são convergentes no sentido de atender às necessidades da burguesia, sem que a população, de uma forma geral, tenha uma percepção de que as propostas dos candidatos à Presidência não contemplavam nenhuma diferença relevante; suas bases de formulação estão dentro da perspectiva neoliberal e, portanto, nos limites das orientações dos organismos internacionais.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos vinte anos vem se constituindo, cada vez mais, como um partido que efetivamente aderiu aos ideais neoliberais, abandonando as questões da esquerda que postulava na década de 1970/1980. Após os 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, observa-se um governo cada vez mais voltado para uma prática favorecedora da hegemonia do capital, com uma forte política de repressão aos trabalhadores e às manifestações sociais; um Estado que se fortalece mediante um conjunto de programas centrados nas políticas sociais de cunho assistencialista e regulatório das classes sociais menos favorecidas e em políticas educacionais que promovem uma formação meramente técnica.

Segundo Mészáros (2008),

aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias às metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos – tal como indicado no segundo parágrafo desta seção – da

legitimidade da posição que lhe foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Portanto, é de fundamental importância, perguntar quais os valores está sendo internalizados pelo proletariado com as políticas e os programas educacionais ofertados pelo Estado brasileiro. E como essa formação continuada, vai cooptando a subjetividade do proletariado, ao ponto de promover dificuldades reais do aparecimento de uma subjetividade crítica.

Ainda sobre o processo de internalização MéSZáros (2008) fez a seguinte assertiva:

as formas atualmente dominantes de internalização, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal. De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda *ex-officio* e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, seu todo, ela estar orientada para aquele fim. (MÉSZÁROS, 2008, p. 55-56).

Nesse sentido, não existe diferença entre as políticas educacionais, seja do governo do PT ou do PSDB; não existem dois projetos diferentes de governo, pois ambos estão atrelados às necessidades do capital. A educação não passa de uma mera mercadoria e, como mercadoria, deve promover o lucro e “produzir” consciências conformadas à realidade. Nesse momento de profunda crise planetária, faz-se necessário o fortalecimento da esquerda e o enfraquecimento da polarização direita x esquerda. Deve-se retomar a luta contra o fio condutor de todo esse processo, que é o trabalho e sua subordinação ao capital.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual estágio de desenvolvimento do capital está marcado por uma crise estrutural sem precedentes na história da humanidade. Essa crise decorre de problemas da ordem estrutural do capital em suas três dimensões, a saber: produção, consumo, distribuição/circulação/realização. Essas dimensões apresentam limites e são articuladas, afetando toda a estrutura sociometabólica do capital e contribuindo de forma decisiva para o estabelecimento da crise que não se apresenta como cíclica, mas como estrutural.

O modo de produção capitalista parece encontrar limites concretos na solução da crise que teve seu início a partir da década de 1970, o que compromete a própria reprodução do capital. Na tentativa de buscar a resolução da crise, o capital promoveu um conjunto de ações de ordem estrutural, como: redução dos salários, reforma da previdência, ajustes nos gastos públicos, com cortes diretos nas políticas sociais, precarização dos serviços públicos, aumento da jornada de trabalho e reforma do Estado. Todas essas ações estão na ordem do dia, o que revela a gravidade da crise, já que esta não atinge apenas os países periféricos, mas também os países centrais.

Diante desse cenário, a educação assume um papel de suma importância, visto que é através da educação, esfera social constituinte do pôr teleológico secundário, que todas as experiências acumuladas pela humanidade são transmitidas, possibilitando, pelo processo de apropriação, o desenvolvimento do ser social. Assim, a educação se caracteriza por um processo de mediação entre os homens, sendo uma ação que tem por fim a apropriação do conhecimento produzido pela humanidade. Isto é, o ato educativo tem como alvo a consciência dos homens, promovendo a internalização de valores que legitimam uma práxis social numa determinada sociedade.

A educação, no seu sentido amplo e geral, por ser uma necessidade humana que se constitui nas relações sociais, existe em qualquer modo de produção. O mesmo não se pode dizer da educação escolar, uma forma específica que tem existência a partir das sociedades de classe. Com relação à educação escolar, especificamente aquela que se dá na sociedade capitalista, sua função central é promover a internalização de valores burgueses que permitam a formação de um homem passível de controle pela lógica do capital.

O século XX foi marcado por profundas crises. As décadas de 1950 e 1960 evidenciaram uma fase de grande acumulação de capitais. A década de 1970 foi um período marcado pelo esgotamento do modelo produtivo taylorista/fordista e do keynesianismo. Diante desse cenário, o sistema capitalista reordenou seu modelo de reestruturação produtiva e, ao mesmo tempo, organizou novos padrões ideológico-políticos de dominação, tutelados pelas reformas do Estado.

A reorganização da estrutura ideológico-política do sistema capitalista, sob a hegemonia da burguesia, para responder às crises estruturais do capital resultou no neoliberalismo, que tem como características centrais: a participação mínima do Estado na economia do país, a pouca intervenção do Estado no mercado de trabalho, a política de privatização das empresas estatais, a livre circulação do capital internacional e a desburocratização do Estado (desregulamentação dos direitos dos trabalhos e das leis). Na base desta “nova ordem do sistema”, o Estado sofreu um profundo processo de reformas, deixando de ser o promotor direto do desenvolvimento econômico e social e transferindo essa atividade para o mercado.

É nesse contexto que a partir da década de 1990, com o início da reforma do Estado brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), começam as reformas na educação brasileira. Entre outras medidas, destaca-se a adesão dos programas de formação de professor pela modalidade de Educação a distância, com forte influência do BM, o qual recomenda a ampliação dos saberes em espaços não institucionalizados, visando à diminuição dos gastos do Estado com estruturas físicas escolares e universitárias, além de permitir uma formação superior de qualidade, conforme o discurso oficial, que possibilite o acesso da população ao ensino superior, e com isso a equidade e a eficácia, com a padronização de conteúdos nos programas locais (BANCO MUNDIAL, 1999).

Ainda com relação à modalidade de Educação a distância, nos últimos anos, os investimentos em termos mundiais só têm aumentando. Trata-se de uma estratégia do capital para a promoção da mercantilização da educação. Para tanto, lança-se mão de um modelo de educação aligeirada, superficial e pragmática.

Portanto, está-se diante de um Estado que, por meio de seus programas e políticas educacionais, visa ampliar o campo de ação das instituições privadas de ensino e promover a reprodução social do capital, com todo o aparato legal disponível à constituição de uma rede de ensino que atenda às especificidades de uma formação voltada para o desenvolvimento de

um homem com as competências, habilidades e valores postos pela ordem capitalista planetária.

Nessa perspectiva, o Estado tem como foco central a defesa da propriedade privada e a manutenção da exploração do trabalho. É um Estado que se constitui cada vez mais como um gestor, perdendo o caráter público, tornando-se máximo para o capital e mínimo para o trabalho.

Em tempos de crise estrutural do capital, a educação tem assumido cada vez mais a condição de mercadoria. Como consequência, os espaços escolares são meros formadores de cidadãos consumidores. Neste sentido, seja pela modalidade presencial ou a distância, a educação se torna um canal de reprodução do capital. Na condição de mediação do conhecimento humano, esse sistema visa influir sobre as consciências dos formandos e dos formadores e, com isso, obstar a consciência crítica dos trabalhadores.

Diante desse cenário, Tonet (2007) afirma:

ante esta situação de crise, duas são as respostas mais importantes dos teóricos da educação. Uma primeira (desnecessária dizer que não há homogeneidade no seu interior), que pode ser chamada de conservadora, vai no sentido de apontar a necessidade de novas leis, novas políticas educacionais, novos métodos, técnicas e conteúdos, que permitem formar os indivíduos de modo que eles se amoldem às novas exigências e, especialmente, de enfatizar a necessidade de parcerias da escola com a comunidade e com as empresas. Nesse sentido, é sintomático o uso de termos como qualidade total, formação flexível e polivalente, novas qualificações, competências, empregabilidade etc. Tudo isso recoberto com o manto de valores humanistas, solidários e cidadãos. (TONET, 2007, p. 28).

Com base nesses fundamentos, não é possível compreender o Estado, a educação, a política e, especificamente as políticas educacionais, sem ter como ponto de partida a categoria trabalho que, direta ou indiretamente, constitui a possibilidade de existência desses outros complexos sociais.

O Estado, embora não seja a categoria econômica fundamental, faz parte das relações econômicas estabelecidas na sociedade civil, cumprindo a função de reprodução e manutenção do capital, mediante a defesa da propriedade privada e da exploração do trabalho.

Com base em Marx, Mészáros e Lukács, teóricos centrais que fundamentaram as análises empreendidas neste trabalho, entende-se que o Estado é uma estrutura produzida a partir das relações concretas entre os homens num determinado tempo histórico. A sociabilidade capitalista tem a função de ordenar, regular e promover a dominação de classes,

seja por meio de seu aparato jurídico-político, seja por meio de seu aparato coercitivo. Assim, a educação e as políticas educacionais, que formam complexos parciais, contribuem para assegurar e consolidar o sistema capitalista.

Por fim, destaca-se que é fundamental entender todo esse processo como algo não acabado. A educação efetivamente é marcada por lutas de classes e, assim como pode servir para a reprodução da sociabilidade burguesa, pode também ser favorável à prática revolucionária.

Sobre essa questão Aragão afirmou que (2007, p75) a contradição é destruidora, mas ao mesmo tempo criadora, pois os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios.

Segundo Mészáros (2008), todo o sistema de internalização deve urgentemente ser alterado pela educação e pelas políticas sociais. Só se pode concretizar essa possibilidade com a ruptura do capital; só é possível alterar a educação e todo o processo de internalização quando ocorrer o processo revolucionário. Apenas após o processo revolucionário é viável efetivar uma educação destinada a homens e mulheres verdadeiramente livres.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, W. H. **As contradições do cotidiano de um dirigente sindical**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2007.
- BERTOLDO, E. & SANTOS, M. **Trabalho docente e lutas de classes**. In: Bertoldo, E. ; Accioly, L.; Jimenez, S. Trabalho, educação e formação humana frente às necessidades históricas da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 2ª edição ampliada, Paris, Syros, 1997.
- COSTA, F.; PAULA, R.; MORAES, B. **Marxismo, trabalho e ser social**. In: SANTOS, D.; JIMENEZ, S.; VIANA, C. M. Q. Q.; RABELO, J. (orgs.). Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo. Fortaleza: EdUECE, 2013. p. 19-52.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre. L&PM Editora Ltda., 1980.
- GUSMÃO, I. M. **Para compreender o método dialético: aplicação prática no pensamento marxiano**. Recife. Imprima, 2013.
- LESSA, S. & TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí. Editora Ijuí, 2007.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo. Boitempo. 2013
- MAIA, O. & JIMENEZ, S. **A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU**. In: SANTOS, D.; JIMENEZ, S.; VIANA, C. M. Q. Q.; RABELO, J. (orgs.). Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo. Fortaleza: EdUECE, 2013.

MARX, K. & Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo. Boitempo, 2011.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo. Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo, 2010.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formação de consciência**: a determinação social do método. São Paulo. Boitempo, 2009

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo. Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo. Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

PANIAGIO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. **A crise estrutural do capital e os desafios da revolução**. Mészáros e os desafios do tempo histórico. Organizadores: Jinkings, I. & Nobile, R.. São Paulo: Boitempo, 2011.

TONET, I. **Democracia ou liberdade?** São Paulo. Maceió. Edufal, 2004.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Editora Ijuí, 2005.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo. Instituto Lukács, 2013.